



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN

CAMPUS AVANÇADO DE PAU DOS FERROS – CAPF

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA – DEC

JEFFERSON FERREIRA DE OLIVEIRA

**A ECONOMIA DO NORDESTE DO BRASIL NO SÉCULO XXI: A
IDIOSINCRASIA DOS PRINCIPAIS AGREGADOS MACROECONÔMICOS**

PAU DOS FERROS-RN

2025

JEFFERSON FERREIRA DE OLIVEIRA

**A ECONOMIA DO NORDESTE DO BRASIL NO SÉCULO XXI: A
IDIOSINCRASIA DOS PRINCIPAIS AGREGADOS MACROECONÔMICOS**

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Ciências Econômicas, do Campus Avançado de Pau dos Ferros (CAPF), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN).

Orientador: Prof. *Dr.* José Elesbão de Almeida

PAU DOS FERROS-RN

2025

Catálogo da Publicação na Fonte.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

O48e Oliveira, Jefferson Ferreira de
 A ECONOMIA DO NORDESTE DO BRASIL NO
 SÉCULO XXI: A IDIOSINCRASIA DOS PRINCIPAIS
 AGREGADOS MACROECONÔMICOS. / Jefferson
 Ferreira de Oliveira. - Pau dos Ferros, 2025.
 66p.

Orientador(a): Prof. Dr. Jose Elesbão de Almeida.
Monografia (Graduação em Ciências Econômicas).
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

1. Região. 2. Indicadores. 3. Crescimento. 4.
Desenvolvimento. I. Almeida, Jose Elesbão de. II.
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. III. Título.

JEFFERSON FERREIRA DE OLIVEIRA

**A ECONOMIA DO NORDESTE DO BRASIL NO SÉCULO XXI: A
IDIOSSINCRASIA DOS PRINCIPAIS AGREGADOS MACROECONÔMICOS**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do Curso de Ciências Econômicas,
do Campus Avançado de Pau dos Ferros
(CAPF), da Universidade do Estado do Rio
Grande do Norte (UERN).

Aprovada em: 03 / 12 / 2025 .

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 JOSE ELESBAO DE ALMEIDA
Data: 13/03/2026 19:50:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. *Dr.* José Elesbão de Almeida

Professor Orientador

Documento assinado digitalmente
 BOANERGES DE FREITAS BARRETO FILHO
Data: 12/03/2026 10:40:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. *Me.* Boanerges de Freitas Barreto Filho

Membro da banca

Documento assinado digitalmente
 VANUZA MARIA PONTES SENA
Data: 12/03/2026 09:10:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a. *Dr.^a*. Vanuza Maria Pontes Sena

Membro da banca

Dedico esse trabalho a minha mãe, minha família e nossa luta diária, pois diversos momentos difíceis estávamos juntos e confiantes que essa tormenta findaria. Ao meu pai Geraldo (*In memoriam*), que se foi antes e não está assistindo, em matéria, nossas conquistas. E sempre a Deus por toda gratidão de me agraciar pelos dias vivos e perseverantes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a minha mãe – Josefina Barbosa Oliveira – que sem ela não teria me tornado esse ser humano.

Agradeço aos meus irmãos – Bira, Ursileide, Meire, Jessyca, Jhoseph, Ludielly – que com a presença, à distância de cada um, me dar a força necessária para trilhar essa tortuosa caminhada.

Agradeço a minha segunda mãe – Ursimar Ferreira de Oliveira – que mesmo não tendo idade suficiente para me criar esteve sempre próximo.

Agradeço aos meus irmãos postigos – Evandro Carlos e Marcos Felipe – que mesmo ZERO parentes foram os que conseguiram me ancorar nesta odisseia.

Agradeço aos colegas da minha turma, aos que estão finalizando essa guerra comigo e aos que não trilharam essa longa caminhada, mas foram pessoas que conheci e que levarei para sempre em meus pensamentos e desejos positivos.

Agradeço aos meus professores, aos que ficaram do início ao fim e aos que ficaram por um tempo. Mesmo começando a distância, o nosso convívio foi muito agregador e depois nas aulas presenciais ocorreu momentos memoráveis.

Agradeço especialmente ao professor Elesbão, que é meu orientador e um exemplo de profissional que busco. Ao professor Boanerges pela sua disposição em sempre está prestativo além de ser um cidadão excepcional. A professora Vanuza, que mesmo na vontade de puxar nossas orelhas, nos ensinou o *plus* da economia. E a professora Clézia que é sem palavras.

Agradeço a Dayana que é um ser humano ímpar e não tenho palavras em meu vocabulário para descrevê-la.

Agradeço ao camarada José Neto, carinhosamente conhecido por Zé Neto, um ser humano de coração grande, um adolescente que jamais conhecerei outro. Zé queria que estivesse vendo o término desse novo começo.

Agradeço acima de tudo a Deus, que sem essa força estranha não sei se teria chegado nessa etapa. Foram tempos difíceis mas o senhor sempre me mostrou os melhores caminhos.

Além do mais, agradeço ao RN que me acolheu e parece que não quer me largar!

“O [nordestino], antes de tudo, é um forte”

(Euclides da Cunha)

RESUMO

O Nordeste brasileiro, pela ótica da economista pernambucana Tânia Bacelar de Araújo, tem a sua representação na heterogeneidade, onde o fragmenta em 3 Nordestes. O mesmo, é visto por outros (quase todos) de forma homogênea, quando decretam como a “região problema”. Este território foi o pioneiro em auferir riquezas para a Metrópole, mas desde meados do século XVII até meados do século XX, sua economia apresentava picos de recuperação, mas no geral amargou uma profunda letargia econômica, onde extrapolou aos seus indicadores sociais. Assim, diversos governos centrais implantaram políticas públicas com a finalidade de retirá-la desta inércia, algumas conseguiram feitos memoráveis, outras não passaram da previsibilidade. Mediante um levantamento bibliográfico e de dados da economia nacional e nordestina, por intermédio da abordagem quali-quantitativa, se tem como objetivo principal a análise do comportamento da economia nordestina dentre os anos de 2004 a 2023, com o intuito de apresentar o desempenho que os indicadores socioeconômicos influenciaram na economia da região e como as políticas de desenvolvimento regidas pelo governo federal atuaram no Produto Interno Bruto do Nordeste. Como resultado, se verificou que de 2004 até 2014, a região Nordeste assistiu a um crescimento médio dos indicadores socioeconômicos acima dos nacionais, PIB regional com crescimento anual de 3,9% e o nacional com 3,5% ao ano, produzindo uma redução do fosso existente entre a região e as demais. Mas de 2016 até 2023, por intermédio das crises internas e externas, toda a conquista foi freada, deixando o Nordeste como a região, ainda, problema.

Palavras-chave: Região; Indicadores; Crescimento; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The Northeast region of Brazil, from the perspective of economist Tânia Bacelar de Araújo, born in the northeastern state of Pernambuco, is represented within the context of heterogeneity, which divides it into 3 types of Northeast regions. On the other hand, this representation is considered by others (almost all) as homogeneous, when they label the northeastern region of Brazil as the “problem region”. Even so, this territory was a pioneer in generating wealth for the Metropolis; however, from the mid-17th century to the mid-20th century, the Brazilian Northeast region began to experience fluctuations in which, generally, a deep economic stagnation predominated, with brief peaks of recovery, resulting, in this way, in the worsening of its social indicators. Thus, several central governments implemented public policies with the aim of bringing it out of that inertia; some achieved remarkable results, while others never went beyond the predictable. Based on a literature review and data from the national and Northeastern Brazilian economies, and using a qualitative-quantitative approach, this study aims to analyze the behavior of the Northeast region's economy between 2004 and 2023, in order to present how socioeconomic indicators influenced the region's economy and how development policies governed by the federal government impacted the Northeastern Gross Domestic Product. As a result, it was found that from 2004 to 2014, the Northeast region experienced average growth in socioeconomic indicators above the national average, with regional GDP growing at an annual rate of 3.9% compared to the national rate of 3.5%, thus reducing the existing gap between the region and the others. However, from 2016 to 2023, due to internal and external crises, all progress was halted, keeping the Northeast region still considered a problem region.

Keywords: Region; Indicators; Growth; Development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Metodologia e financiamento das fases da PNDR 2003-2022	30
Gráfico 1 – Orçamento da União ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) (R\$ bilhões)	32
Gráfico 2 – Evolução das matrículas por nível de ensino no Brasil (Mil pessoas)	39
Tabela 1 - Taxa de escolaridade por nível de instrução das pessoas de 15 anos ou mais de idade (Mil pessoas)	39
Gráfico 3 – Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais (%)	40
Tabela 2 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade por nível de instrução (Mil pessoas)	42
Gráfico 4 – Série histórica da taxa de desemprego no Brasil (%)	44
Gráfico 5 – Série histórica da taxa de emprego formal e informal no Nordeste (%)	47
Gráfico 6 - Número de famílias inscritas no programa bolsa família – Brasil (Milhões)	49
Gráfico 7 – Série histórica (2012-2024) do rendimento domiciliar <i>per capita</i> média – Brasil, Sudeste e Nordeste (valores em R\$ médios de 2024)	53
Gráfico 8 – Série histórica da taxa do PIB do Brasil e do Nordeste (%)	56
Gráfico 9 – Participação do PIB do Nordeste no PIB do Brasil (%)	58

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Km² - Quilômetros Quadrados

PEA - População Economicamente Ativa

MCMV - Minha Casa Minha Vida

PIB - Produto Interno Bruto

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste

SARS-COV-2 - Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus 2 - Coronavírus da Síndrome Respiratória Aguda Grave 2

BPC – Benefício de Prestação Continuada

ISI - Industrialização por Substituição de Importação

DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

JK - Juscelino Kubitschek

PR - Plano Real

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento Regional

FPM - Fundo de Participação dos Municípios

FPE - Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal

GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

PDR – Política de Desenvolvimento Regional

II PND – II Política Nacional de Desenvolvimento

PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.

ELETRORAS - Centrais Elétricas Brasileiras

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

TCU – Tribunal de Contas da União

GT – Grupo de Trabalho

FCO - Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste

FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

MI - Ministério da Integração Nacional

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

FNDR - Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional

RPs – Regiões Programas

SRPs – Sub-regiões de Planejamento

RIDES – Regiões Integradas de Desenvolvimento

MRGs – Microrregiões

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FCF - Fundo Constitucional de Financiamento

PT – Partido dos Trabalhadores

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSL – Partido Social Liberal

EC – Emenda Constitucional

MCID – Ministério das Cidades

MDR – Ministério do Desenvolvimento Regional

PROMESO - Programa de Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais

CONVIVER – Programa Sustentável do Semiárido

PDFF - Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Frequências no Brasil

PDSA - Plataforma de Defesa Sanitária Animal

PPA – Plano Plurianual

MIDR - Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

MATOPIBA – Maranhão; Tocantins; Piauí; e Bahia

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

PBF – Programa Bolsa Família

FIFA - Federação Internacional de Futebol Associado

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

PIA – População em Idade Ativa

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 ATUAÇÃO DO ESTADO NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO	23
2.1 Percurso histórico das primeiras políticas de desenvolvimento do Nordeste.....	23
2.2 Política nacional de desenvolvimento regional.....	28
3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO NORDESTE.....	35
3.1 Formação de capital humano – taxa de escolaridade	37
3.2 Investimento e mercado de trabalho (formal x informal).....	43
3.3 Pobreza (extrema) e renda (média x <i>per capita</i>).....	48
3.4 Produto interno bruto (PIB) do Nordeste	54
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	59
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

A Região Nordeste do Brasil é uma das cinco macrorregiões delimitadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na década de 1960. Está situada em uma área de aproximadamente 1,55 milhões de km², que equivale a 18% do território nacional, com uma população de mais de 54 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico de 2022, correspondente a quase 30% da população brasileira e apresenta uma densidade demográfica de 35,21 habitantes/km². É composta por nove estados, tendo 5 cidades com mais de 1 milhão de habitantes, sendo elas: Fortaleza, Salvador, Recife, São Luís e Maceió; todas são capitais de seus respectivos estados e as três primeiras são metrópoles nacionais. Mesmo com todas essas características, a região Nordeste dispõe dos piores indicadores socioeconômicos apresentados no país, tornando-se o principal retrato das mazelas sociais e econômicas que escancaram o cotidiano brasileiro (Cavalcanti Junior e Lima, 2023; IBGE, 2025; Sousa *et al.*, 2017).

Da descoberta do Novo Mundo até os anos de 1960, não existia, legalmente, uma região Nordeste, mas esta porção territorial que hoje compõem a determinada macrorregião, teve o seu apogeu econômico entre os séculos XVI e XVII, quando viveu o ápice agroexportador do ciclo da cana-de-açúcar, citando também a comercialização do Pau Brasil e em pequena escala a criação de gado. Mas com a expulsão dos holandeses das terras brasileiras, a implantação da indústria do açúcar nas ilhas do Caribe e a descoberta de jazidas de minerais preciosos no centro do território brasileiro, o eixo da economia colonial foi na direção do Centro-Sul, deixando o Nordeste em uma estagnação econômica, evento que se arrasta até meados do século XX (Furtado, 2007; Giambiagi *et al.*, 2010; Rego e Marques, 2006).

Guimarães Neto (1989), destaca que a crise que o Nordeste vivenciou a partir da segunda metade do século XVII, como a primeira e desta resultou,

[um] grande período de ‘letargia’ da economia regional – do ‘modelo’ primário-exportador do Nordeste, que alcançou sobretudo as mais importantes atividades exportadoras que vinham apresentando um crescimento significativo até então, não obstante as ameaças latentes de crise. Em alguns desses produtos, como o açúcar, foram introduzidos importantes inovações, das quais resultaram alterações nos processos de trabalho e nas relações sociais de produção [...] (1989, p. 51). [grifo do original]

No século XVIII a economia nordestina que ainda tinha como principal produto ofertado ao mercado externo, o açúcar, presenciava o alastramento da pecuária, que desde séculos anteriores compunham o “complexo nordestino”, nas palavras do economista Celso Furtado. O

que dificultava essa prática econômica era a sua quase inexistência de relações de trabalho monetizada, pois os trabalhadores do setor pecuário tinham como pagamento a conquista de parte da produção, mediante o nascimento de uma quantidade de rezes. E a aquisição dos outros componentes da alimentação básica era oriunda de uma agricultura de subsistência, onde abasteciam os proprietários das fazendas de gado e os trabalhadores (Guimarães Neto, 1989; Furtado, 2007).

A estrutura do complexo regional era, então, definida, de um lado, pela atividade açucareira que implicava grandes imobilizações de capital e uma complexa administração que envolvia aspectos ligados à produção agrícola e industrial – além da comercialização no mercado internacional – concentrada no litoral, e, de outro lado, pela pecuária extensiva, difundida em quase todo território regional desde o século XVIII, pouco monetizada e bem menos complexa na sua gestão (Guimarães Neto, 1989, p. 27).

Entre o século XVIII e o século XIX, ocorreu o despontamento do algodão, um bem agrícola que gerou divisas para a economia nordestina, não tanto quanto o açúcar, mas que produziu uma alteração nas relações sociais da região, provocando a dinamização de diversos centros urbanos como suporte na formação de vilas, cidades e povoações. Sobre esse bem Guimarães Neto (1989), descreve que,

[...] a lavoura de algodão não só abriu, à época, perspectiva econômica para o hinterland nordestino, que somente havia conhecido a pecuária e a sua atividade de subsistência da produção de alimentos, como, através do estabelecimento de novas relações sociais. Manoel Correia de Andrade se refere a esta cultura destacando o seu caráter fácil, barato e democrático.
[pois] a produção do algodão estabeleceu na região, inclusive por incorporar não só os grandes proprietários, como os pequenos, os foreiros e moradores [e novamente] usando as palavras de Manoel Correia, que o ‘algodão operou, após o meado do século XVIII, uma verdadeira revolução agrária no Agreste’ (1989, p. 30-31). [grifo no original]

Após a crise mundial iniciada no quarto trimestre de 1929, o Brasil entra em um processo de reforço econômico ao seu principal gerador de divisas, o café, e paralelamente buscava a alteração de sua matriz econômica, onde décadas depois transformou sua característica de um país exportador de bens primários em produtor de gêneros manufaturados, inicialmente bens de consumo não duráveis, com o intuito de atender ao seu reprimido mercado interno, modificando sua ótica de mercado. Nesse caminho o Nordeste integra-se ao mercado nacional entrelaçado em uma articulação comercial hierarquicamente subordinada ao poderoso Centro-Sul, pois, nesta região a economia brasileira era mais dinâmica, favorecida pela

concentração de indústrias na cidade de São Paulo (Cano, 2006; Dorigatti Junior, 2010; Farias e Araújo, 2016).

Desde quando o Nordeste é visto como tal, as demais regiões e o poder central o descrevem como “região problema”¹, pois esta tem os piores resultados quantitativos quando observam os indicadores socioeconômicos. Suas Unidades Federativas sempre se encontram classificadas nas últimas colocações, fato que em pleno século XXI, dos considerados, os cinco estados mais pobres do Brasil, quatro são nordestinos². Mas esse quadro de penúria começa a ser mudado por volta da década de 1960 do século passado, quando o governo central desenvolveu estudos e criou instituições públicas para melhorar seus indicadores e alavancar a economia da região.

Mesmo com o processo descrito acima, o Nordeste conseguiu, por meio das políticas públicas de desenvolvimento regional, obter um crescimento econômico, onde foi intensificado entre as décadas de 60 a 80, do século passado, com sua consolidação econômica na década de 1970. Nesse período os agregados macroeconômicos nordestinos avançaram positivamente, fazendo desta região uma das mais pujantes, mas ainda tendo seu crescimento puxado pela dinâmica econômica da rica e influente, região Sudeste. E outro fato, foi que nesse período a melhoria na economia não provocou avanços nos dados dos indicadores sociais mas seu agravamento (Araújo, Souza e Lima, 1997; Cano, 2006; Rego e Marques, 2006).

Sem embargo, as políticas criadas nessa época não ganham tanta perpetuidade, pois o regime democrático brasileiro foi usurpado por um regime ditatorial, que formulou novas políticas públicas desconfigurando as principais propostas arquitetadas até então. E nessa ruptura o Nordeste até ganhou uma visibilidade, mas nada que viesse alterar o *status quo* socioeconômico, pois modificou sua economia agroexportadora externa, para fornecedora de matérias-primas e semimanufaturados à principal economia do país, São Paulo, tornando-a a periferia econômica do Centro-Sul.

A política dos governos militares tiram da SUDENE seu caráter reformista. Seu investimento forte em recursos humanos começa a perder força. Promovem a industrialização mas bloqueiam a reforma agrária. Modernizam as cidades mas investem pouco na educação, na saúde, no esgotamento sanitário. Fazem estradas, modernizam aeroportos, revolucionam as comunicações, incentivam a modernização agrícola que moderniza, também, as velhas oligarquias, concedem incentivos à

¹ O uso do termo começou a ser abordada por políticas públicas que ganhou força nos relatórios e estudos técnicos nas décadas seguintes, culminando na criação da Sudene em 1959.

² Pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua)/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os cinco estados mais pobres do Brasil em 2024, pela métrica da renda *per capita*, são: Acre, Maranhão, Ceará, Alagoas e Pernambuco.

atração de novas empresas, mas bloqueiam a vida democrática. Inibem o debate e participação (Araújo, 2000, p. 389-390).

Entre a década de 1980 e os anos de 1994, o Brasil vivenciou uma crise fiscal e financeira agravada por uma inflação sufocante, crescendo em progressão geométrica. Nesse intervalo, o governo federal, aborta, a política desenvolvimentista e decreta uma estratégia de estabilização, com a finalidade de equilibrar a inflação e assim potencializar novas políticas de desenvolvimento econômico. Incrementado nessa nova realidade brasileira, na década de 1990, o executivo federal altera sua forma de política com a implementação do neoliberalismo, abrindo o mercado brasileiro e gerando um movimento de desmonte da linha de produção nacional, como resultado da concorrência dos bens, de qualidade superior, produzidos no exterior e da política de privatização (Giambiagi *et al.*, 2011; Gremaud *et al.*, 2017; Rego e Marques, 2006).

Atraídas por esse mercado ‘escancarado’, as empresas de fora do país aproveitam para ganhar espaço aqui, inclusive comprando as empresas brasileiras que não suportam a intensidade desse ‘tratamento de choque’. Empresários que sobreviveram a muitos outros desafios recebem agora a chancela de ‘incompetentes’. Subvaloriza-se a até dilapida-se, nesse contexto, um bem raro no Brasil: capacidade empresarial. E permite-se que um voraz movimento de centralização e de desnacionalização, que atinge o sistema bancário, se estenda ao sistema produtivo do país. Os grandes ficam cada vez mais maiores, no contexto pós-Real, enquanto se alardeia, aos quatro ventos, que os pobres comem galeto e que tudo vai às mil maravilhas. Qualquer análise crítica é imediata e agressivamente desqualificada (Araújo, 2000, p. 343).
[grifo do original]

Nesse momento o Nordeste, inicialmente, até meados dos anos de 1980, apresentou um crescimento econômico considerado, em consequência da maturação dos investimentos realizados pelo poder público e setor privado nos anos de 1970, por intermédio dos incentivos desenvolvidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, com os mecanismos de crédito fiscal 34/18 e o Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR. Mas a segunda metade dos anos de 1980 e o neoliberalismo radical dos anos de 1990, fez com que a economia da região perdesse fôlego e entrasse em um marasmo perdurando até a primeira metade da primeira década do século atual (Almeida e Araújo, 2004; Cavalcante e Feitosa, 2019; Ferreira, 1999).

A retomada do fôlego da economia da macrorregião ocorre com o aumento dos investimentos por intermédio do poder público federal, na implementação dos programas Minha Casa Minha Vida - MCMV e do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Em

conjunto com a valorização, real, do salário-mínimo, o desenvolvimento do programa de transferência de renda, como o Bolsa Família, a ampliação do ensino superior público federal, com a criação de novas Universidades e Institutos Federais, aglutinado com a política de crédito para as empresas e consumidores (Carmo e Almeida, 2023; Coelho e Vasconcelos, 2009; Trovão, Araújo e Montenegro, 2019).

Nesse novo panorama, a economia nacional dá uma guinada de crescimento e a Região Nordeste tornou-se a mais privilegiada, pois, infelizmente, era, e ainda é, a que comporta o maior fragmento de pobres e miseráveis, principalmente na área rural, e a que apresenta a maior parcela da População Economicamente Ativa - PEA - ocupada com a predominância na remuneração, de até dois salários-mínimos (Ferreira, 2006; Trovão, Araújo e Montenegro, 2019). Mesmo sendo a região que recebeu a maior quantia dos investimentos descritos acima, a política nacional não foi voltada diretamente a ela, mas foi uma política que, indiretamente, favoreceu o seu novo apogeu econômico (Trovão, Araújo e Montenegro, 2019).

Na busca da realização da pesquisa, têm-se como direcionamento responder a seguinte indagação: “Quais foram os principais resultados alcançados pela economia nordestina, mediante os indicadores - PIB, renda, trabalho, educação e investimento - frente a economia nacional, entre os anos de 2004 e 2023, considerando a atuação das políticas de desenvolvimento do governo federal e os fatores estruturais e conjunturais que influenciaram seu desempenho?”. Sendo que neste interstício de tempo, o Nordeste em conjunto com o Brasil, passaram por 4 processos eleitorais, boa parte deles bem conturbados. A região vivenciou dois processos de impedimento no executivo estadual, e o país, um processo de interrupção do mandato de presidente em consequência de uma arrastada crise política. Aumentando a escala, o mundo passou por uma crise monumental, nos finais de 2008, onde provocou uma desorganização das economias mais dinâmicas. Em 2020, veio outra complicação para a economia mundial, já que passamos por um período de pandemia do SARS-CoV-2 (Coronavírus/Covid-19), alterando a economia mundial, pois está provocou isolamentos obrigatórios, interrompendo a produção e transfigurando a forma de comércio mundial.

De acordo com os escritos de Gil (2010, p. 1), a pesquisa constitui um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Complementa que esta deve ser “desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis” e que sua utilização deve ter o cuidado com os métodos e as técnicas que será empregada na investigação científica (Gil, 2010).

O desenvolvimento da pesquisa tem como foco a Economia da Região Nordeste do Brasil, sendo mais preciso o comportamento de alguns agregados macroeconômicos, como renda média e *per capita*, emprego, IDH, índice de Gini e escolaridade e, o que esses provocaram no comportamento do PIB da região. Com isso, analisam-se a atuação das políticas públicas que foram regidas como de desenvolvimento, implementadas no intervalo entre 2004 e 2023 e seus efeitos no bem-estar da população com o exame do desempenho do produto interno bruto regional em comparativo com o nacional. A escolha dessas variáveis foi mediante a leitura de parte da bibliografia levantada, mediante a isso houve o incremento dos dados atualizados.

Atendendo a confecção do trabalho, foi utilizado certos estudos dos respectivos autores, em relação às suas linhas de pesquisa: para a Economia Nacional, foram os textos de Giambiagi (2011), Rego e Marques (2006), Gremaud (2017), Sampaio (2019), Furtado (2007); para o Nordeste e Economia Regional, Furtado (2007), Araújo (2000), Almeida e Araújo (2004), Ferreira (1999, 2006), Dorigatti Junior (2010), Gumiero (2017), Trace (2023), Cano (2006); por fim, sobre os indicadores socioeconômicos, Araújo; Souza e Lima (1997), Carmo e Almeida (2023), Trovão e Araújo (2019), dentre outros. Esses campos de estudo referem-se à Formação Econômica do Brasil, Economia Brasileira Contemporânea, Economia Regional, de forma direta, e indireta, Teoria do Desenvolvimento.

Ao levantamento da pesquisa bibliográfica, foram encontrados 82 títulos, desses somente 64 compõe a referência deste trabalho. dentre eles 1 é Trabalho de Conclusão de Curso, 19 livros e capítulos de livros, 40 artigos e mais. Sobre os títulos excluídos todos eles eram artigos científicos, sendo que 6 foram descartados após a leitura dos títulos, 5 após a leitura do resumo, 5 depois da leitura da introdução e 2 após a leitura integral, chegando em um total de 18 artigos. Chega-se a esse número expressivo de títulos porque ocorreu a investigação de obras científicas que têm relação com os seguintes descritores: Macroeconomia do Brasil e do Nordeste, Política de Desenvolvimento Regional, Economia do Nordeste, PIB do Brasil e do Nordeste, Indicadores Socioeconômicos do Nordeste, Formação Econômica do Brasil e do Nordeste e demais relacionados ao Nordeste. O recorte temporal dos periódicos foi da década de 1980, até os anos mais recentes, sobretudo 2025. De acordo com Gil (2010, p. 29), as pesquisas bibliográficas se baseiam em material que possui alguma publicação, e podem ser encontradas em livros, jornais, revistas, dissertações, teses e anais de eventos científicos. Esse levantamento bibliográfico segue os preceitos tradicionais, mas apresenta características de uma investigação bibliográfica com o caráter sistemático, que segundo os escritos de Galvão e

Ricarte (2019), esta revisão se constitui de um panorama de pesquisa onde designam que os objetivos esteja se tratando de uma introdução em uma pesquisa mais ampla, sendo que se deve seguir formalidades pré estabelecidos com a possibilidade da admissão de critérios de formação e composição de uma técnica para revisão dos títulos.

Quanto aos fins da pesquisa, a realização do trabalho ocorreu de forma descritiva ao fato que ocorre a apresentação de como os agregados macroeconômicos do Nordeste se encontravam no período aferido, mediante a execução de uma política regional. Referente às pesquisas descritivas Gil (2010, p. 27), nos informa que tem por “objetivo a descrição das características de determinada população [sendo] elaboradas [n]a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”.

Mediante aos meios, o levantamento bibliográfico foi aglutinado aos dados dos agregados macroeconômicos apreciados. Assim, de forma quantitativa, sobre os dados, há o objetivo de descrevê-los e apresentar o seu comportamento em forma de tabelas, gráficos e quadros, no decurso dos anos analisados. Já de forma qualitativa ocorre a realização da análise da literatura especializada em consonância com os dados numéricos recolhidos. Por isso, nossa abordagem será quali-quantitativa, a qual, segundo assinalam Creswell e Creswell (2021, p. 179) encontram-se “integradas na análise da abordagem por meio da combinação dos dados, da explicação dos dados, da construção a partir de um banco de dados [...] ou da incorporação dos dados a uma estrutura maior”.

Como a economia é sensível frente a qualquer turbulência social, política e de saúde pública, sente-se a necessidade de analisar o lapso temporal de 20 anos, de 2004 a 2023, do comportamento macroeconômico nordestino, sendo que neste entremeio a economia regional, nacional e mundial passou por diversas turbulências. Com isso há a fragmentação deste período em dois, na busca de uma análise comparativa entre as duas décadas, atendendo as preposições sobre o percurso das crises, endógenos e exógenos, que afetaram a economia regional, além das políticas públicas de desenvolvimento do governo federal, com a finalidade da descrição do relacionamento dos agregados macroeconômicas escolhidos para o desenvolvimento do trabalho com o indicador socioeconômico, o PIB, da região Nordeste.

A coleta dos dados secundários ocorreu nos principais órgãos e institutos nacionais – IBGE, FGV, CAGED, INEP, IPEA, dentre outros - que captam os agregados macroeconômicos (PIB, IDH, índice de Gini, Renda média e *per capita*, emprego, escolaridade), e outras para enriquecer o trabalho como, expectativa de vida, população, taxas de natalidade e mortalidade, migração e demais, dos estados que compõem a região Nordeste. Pela amplitude escalar da

pesquisa, verifica-se em trabalhar com dados gerais, apontando algumas particularidades, tanto de progressão como de regressão dos indicadores escolhidos.

Para o desenvolvimento da pesquisa há como objetivo geral a análise do comportamento da economia nordestina dentre os anos analisados, 2004 e 2023. Para isso iremos primeiramente descrever como as políticas públicas de desenvolvimento econômico regida pelo governo federal, atuou na economia do Nordeste. Depois apresentar o desempenho que os indicadores socioeconômicos – investimento, trabalho, escolaridade, renda e pobreza – influenciaram na economia do Nordeste. E por fim diagnosticar a atuação das políticas de desenvolvimento econômico e dos indicadores socioeconômicos na variabilidade do produto interno bruto (PIB) do Nordeste.

O presente trabalho encontra-se dividido em quatro seções, sendo a primeira esta introdução. A segunda parte tem como ótica a trajetória histórica da implantação das primeiras políticas de desenvolvimento regidas pelo governo federal e direcionada a região Nordeste. Essas que foram inicialmente voltadas para o combate à seca, modificou sua ótica para a implantação de uma nova matriz econômica no Nordeste e inicialmente buscaram realizar alterações na sua composição socioeconômica, projeto idealizado por Celso Furtado, que por não ter conseguido uma longa caminhada à frente do Grupo de Trabalho (GTDN) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), conseguiu no máximo produzir dois Planos Diretor e algumas regras de incentivos, que após o Golpe de Estado, em 1964, aplicou somente o plano da industrialização da região, mas totalmente oposto ao recomendado pelo economista paraibano.

A terceira seção apresenta o comportamento dos indicadores socioeconômicos – investimento, trabalho, escolaridade, renda e pobreza - com a finalidade de mostrar como o Nordeste, entre os anos de 2004 a 2023, se comportou. Esta seção foi fragmentada em quatro subtópicos. No primeiro subtópico averigua-se o comportamento da taxa de escolaridade, pois dentre o período analisado o governo federal implantou políticas de interiorização do ensino superior, políticas de financiamento e de intercâmbio. O segundo subtópico explana o papel dos investimentos e do mercado de trabalho. Onde abordam-se os tipos de inversões que foram talhados pelo governo federal, principalmente em infraestrutura e o que acarretou a ampliação do mercado de trabalho em todos os setores da economia. No terceiro subtópico, ocorre a discussão sobre a pobreza e renda. Nesse seguimento mostra-se a relação que a redução da desigualdade de renda, por meio do aquecimento do mercado de trabalho, a criação e ampliação dos programas de transferência de renda, da valorização do salário mínimo, da ampliação do

acesso aos níveis mais altos de instrução educacional, da facilidade no crédito e demais outros quesitos, fizeram com que milhares de brasileiros e consequentemente nordestinos saíssem da infâmia extrema pobreza, podendo exercer seus direitos de cidadãos.

O quarto subtópico do capítulo está discutindo o produto interno bruto do Nordeste. Nesta subseção ocorre a apresentação dos resultados apresentados na evolução dos indicadores descritos nas subseções anterior, assim descortinam, como foi o comportamento do PIB nordestino nesse período de 20 anos e como ele influenciou na alteração da realidade do Nordeste. Por fim, têm as considerações finais, onde existe a descrição do que essas alterações provocaram na conjuntura dos nordestinos, como encontra-se a região após toda essa odisseia e apontam as limitações que encontraram com a leitura desse trabalho.

2 A ATUAÇÃO DO ESTADO NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

Nos últimos dois séculos e meio a região Nordeste fora considerada “a região problema”. E essa situação segue até a contemporaneidade, pois sua economia encontrava-se em um marasmo, desde quando o ciclo da cana-de-açúcar declinou e principalmente pelas consequentes e desastrosas secas, assolando sua economia de subsistência, onde provocaram a morte das criações e dos seres humanos. Uma das saídas para os homens era o êxodo de suas terras com destino a locais desconhecidos, principalmente às cidades grandes de seu estado ou então partir para o Centro-Sul, onde a economia diversificada - ouro, café, indústria, comércio e sistema financeiro - estava sempre em crescimento (Araujo, 2000; Furtado, 2007).

2.1 Percurso histórico das primeiras políticas de desenvolvimento do Nordeste

Para buscar uma saída ao problema da economia do Nordeste, os governos centrais introjetavam a ideia de combater as secas, na busca de promover, novamente, à região um desenvolvimento econômico. Com isso o Imperador Pedro II, começou a duelar com a intempérie climática construindo açudes em diversas cidades do semiárido nordestino. Essa política hídrica perdura até o governo de Juscelino Kubitschek (JK), onde chegaram à criação de um órgão público para a realização dessas obras de infraestrutura hídrica, o DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, mas seus resultados não se apresentaram expressivos. Primeiro, porque a quase totalidade dos açudes foram construídos em terras particulares e segundo, em cada período de estiagem prolongada os agricultores vendiam as propriedades para ir aventurar sua vida, e de sua família, em outros lugares. Quem adquiriam essas porções de terras eram as famílias que dominavam a política e a frágil economia da região. Assim, a política hídrica beneficiava, direta e indiretamente, as propriedades das famílias que detinham um capital suficiente para suportar os períodos de seca (Gumiero, 2017; Cruz *et al.*, 2020).

Nos fins da década de 1950 surge o economista nordestino Celso Furtado, que apresenta ao presidente da república, da época, Juscelino Kubitschek um projeto para ser desenvolvido no Nordeste e que teria plenos poderes de retirar a região da situação socioeconômica que se encontrava. Assim, Furtado, por aval de JK, elabora um relatório em conjunto com um grupo de trabalho, o GTDN – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste. E neste relatório Furtado apresenta o diagnóstico de que não é combatendo a seca que o Nordeste terá

seus dias áureos novamente, mas alterando a estrutura social e econômica da região, implantando projetos de irrigação, de colonização e reforma agrária nas áreas úmidas e de culturas resistentes a períodos de estiagem, como o algodão arbóreo, nas áreas secas. Com isso, o poder público deveria buscar meios onde o nordestino conseguiria vivenciar períodos de secas e não somente implantar políticas assistencialistas. E uma dessas alterações era a implantação de parques industriais, com a finalidade de replicarem a alavancagem da economia da mesma forma que estava ocorrendo em São Paulo (Cavalcante e Feitosa, 2019; Ferreira, 1999; Gumiero, 2017).

[...]. A seca era consequência e não causa do problema nordestino, dizia o GTDN. [...]. O problema não era da natureza, nem bastava acumular água. O problema era a estrutura socioeconômica, a concentração fundiária, o elevado analfabetismo, a falta de cidadania, o peso exagerado do poder conservador. O monopólio pela cana das áreas mais férteis da região. Diversificar era preciso. Mudar era urgente. E continua sendo (Araújo, 2000, 389).

Coletando mais informações do relatório do GTDN, Araujo (2000), interpreta que o economista corroborava que,

[...] a ‘política hidráulica’ comandada pelas elites locais durante décadas era ótima para solucionar o problema da mortandade do rebanho em fases de seca aguda e para aumentar a rentabilidade da pecuária (atividade principal dos grandes latifundiários da região), mas em quase nada afetava a atividade agrícola desenvolvida pela imensa massa de pequenos produtores da região (parceiros ou arrendatários dos grandes latifúndios pecuários). Explica esse analista que, na medida em que tornava a pecuária rentável, a política de açudagem contribuía, isso sim, para reter o contingente populacional no semiárido. Mas como essa política não favorecia os pequenos produtores e não melhorava a produção de alimentos, o resultado paradoxal é que contribuía para *agravar* os efeitos econômicos e sociais das secas, em vez de reduzi-los (2000, p. 238). [grifo do original]

Referente a importância da indústria ao Nordeste, Araujo (2000, p. 158) interpreta que,

Ao analisar a situação da economia nordestina, o relatório do GTDN afirma que, ‘se para o Centro-Sul do Brasil a industrialização é uma forma racional de abrir caminho ao desenvolvimento, para o Nordeste ela é, em certa medida, a única forma de abrir esse caminho’. A conclusão é ainda mais forte: ‘sem a industrialização restaria ao Nordeste despovoar-se ou permanecer como região de baixíssimo nível de renda’. [grifo do original]

O relatório do GTDN proclama que o governo deveria adotar uma ação transformadora da realidade do Nordeste, pois transverteria as práticas econômicas tradicionais e consolidadas

nas estruturas socioeconômicas nordestinas em investimentos industriais com o apoio na qualificação da mão de obra e na adoção de modernas tecnologias. Em outro ponto, o Estado deveria tornar-se desenvolvimentista, pois assumiria o papel de patrocinar a implantação e o desenvolvimento das forças produtivas nordestinas. E essas duas novas vertentes do Estado nacional teria como resultado a transmutação de uma política assistencialista e de apoio às oligarquias regionais para o de alavancador da retomada do desenvolvimento e diversificação da economia da região (Araujo, 2000).

Com o amadurecimento do GTDN surge a SUDENE, onde veio ser o órgão que direcionaria os investimentos aos projetos endereçados ao Nordeste e que levariam esse ao desenvolvimento. A SUDENE, como o GTDN, foi encabeçada por Celso Furtado, que por imprimir uma política voltada às mudanças estruturais sofreu enormes resistências, onde inicialmente impuseram barreiras na aprovação do primeiro Plano Diretor. Esse “mal olhado” que a elite - política e econômica - nordestina tinha com os estudos da SUDENE, atrasou a implantação dos principais projetos, e quando ocorreu o golpe de estado em 1964, essa mesma elite se apossaram do órgão e tocaram os projetos a seus interesses (Cavalcante e Feitosa, 2019; Ferreira, 1999; Gumiero, 2017).

Mesmo assim, o Nordeste conseguiu uma industrialização expressiva com a ajuda dos dispositivos de incentivos fiscais do 34/18 e do FINOR. Mas o montante de investimentos, por parte do poder público, vem com a implantação do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), onde o Nordeste é presenteado com diversos parques industriais do segmento pesado e químico, como metalurgia, alumínio, petroquímica, asfáltica, cimento e demais. Nas décadas de 1970 e a primeira metade da década de 1980, a economia da região cresceu acima da nacional, mas seus indicadores em nada melhoraram, pois, o nível de concentração de renda era mais acentuado a cada década (Cavalcante e Feitosa, 2019; Ferreira, 1999; Gumiero, 2017).

O crescimento do Nordeste [...] é marcado por duas características essenciais: dependência e complementaridade.

Dependência [...] em relação à expansão industrial brasileira liderada pelo Sudeste. E [...] o Nordeste [está] longe de ter implantado o ‘centro autônomo de expansão manufatureira’ [em relação aos recursos, mercados, fornecimento de insumos e compras de equipamentos].

A ênfase no crescimento dos segmentos não tradicionais [...] aliada à forte tendência a buscar demanda extrarregional, mostra a mudança operada na função do Nordeste no contexto da divisão inter-regional das tarefas industriais no país. A nova indústria implantada no Nordeste desempenha papel de fornecedora de insumos industriais a serem transformados em outras regiões [características da] complementaridade do parque industrial nordestino [...] (Araujo, 2000, p. 146-148). [grifo do original]

Araujo (2000), citando três outros trabalhos, um, da própria autora, publicado em 1992, o segundo de Maia Gomes do ano de 1991 e o terceiro da SUDENE de 1996, nos apresenta os dados numéricos deste crescimento econômico que o Nordeste apresentou entre as décadas de 1960 a 1990. Entre 1960 até 1988, o Nordeste teve o crescimento de sua economia por cerca de 10%, sendo que entre 1965 a 1985, nessas duas décadas, o crescimento do PIB foi em média de 6,3%. Fechando os extremos das décadas, 1960 até 1990, a participação do PIB Nordestino em relação ao nacional saiu de 13,2% para 17,1%. Em números absolutos nessas três décadas o PIB Nordestino começou com US\$ 8,6 bilhões chegando a US\$ 50 bilhões, um crescimento de 581,4%.

Quando mira para os principais complexos industriais implantados no Nordeste, neste período, Araujo (2000), descreve que,

[a] estratégia definida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), realizou importante programa de investimentos públicos e, com ele, sustentou a dinâmica da economia nacional num contexto internacional de crise, o Nordeste também se incluiu nessa tendência. Nesse momento, a PETROBRAS comandou, na Bahia, a implantação do polo petroquímico de Camaçari, e a Companhia do Vale do Rio Doce implementou o complexo de Carajás, com parte do projeto localizando-se no Maranhão [gerando o complexo minero-metalúrgico mais a produção de alumínio. Houve também a implantação do polo de fertilizantes de Sergipe [e] do complexo de Salgema em Alagoas]. Merecem também referência os investimentos do sistema ELETROBRAS (2000, p. 207).

Com a crise fiscal e financeira que assolou o país na segunda metade da década de 1980 até a implantação do Plano Real (PR), em 1994, as Políticas de Desenvolvimento Regional (PDR) desaparecem do escopo nacional e o que vigorava era uma política de estabilização da economia. Nisso o Nordeste perde boa parte dos financiamentos, públicos e privados, conquistados em décadas anteriores, pois a economia nacional volta a se concentrar na região mais dinâmica, o Sudeste (Giambiagi *et al.*, 2011; Gremaud *et al.*, 2017; Rego e Marques, 2006).

Com os dados secundários sobre o comportamento do setor de transformação levantados pelo IPEA (1996), Araújo (2000), descreve que,

[...] estudos e dados recentes permitem falar de tendências à *concentração do dinamismo* em determinados espaços do território brasileiro. Estimativas do PIB industrial, por macrorregião, [...], constata que nos anos [1990], as regiões Sudeste e Sul deixam de perder posição relativa na produção industrial nacional e *voltam a ampliar sua presença* nessa atividade, no contexto do país, o mesmo acontecendo com

o Estado de São Paulo, onde historicamente se concentrara a indústria brasileira. O Nordeste, por sua vez, *reduz*, de 12%, em 1990, para 8%, em 1994, seu peso na indústria nacional (2000, p. 222-223). [grifo do original]

Com o advento da estabilização econômica pós PR, a política macroeconômica implantada dificultava o investimento em novos parques industriais, principalmente nas regiões de pouca atração. Essas âncoras estavam pautadas em taxas de juros elevadas, para atração de capital externo na busca em reorganizar as finanças nacionais, encarecendo o sistema monetário onde provocou o deslocamento das inversões dos investimentos para a especulação no mercado financeiro. A segunda era a paridade cambial, entre a nova moeda nacional, o real, com a moeda mundial, o dólar. Essa paridade fez com que os bens produzidos em território brasileiro competissem com os bens produzidos no exterior e essa competição foi prejudicial à indústria nacional (Giambiagi *et al.*, 2011; Gremaud *et al.*, 2017; Rego e Marques, 2006).

Convivendo com uma demanda interna contida (por juros altos, crédito curto e prazos de financiamentos restritos), as empresas têm tido que enfrentar um verdadeiro *choque de concorrência*, ao qual muitas não têm resistido. À intensa política de abertura externa praticada desde Collor, com drástica redução das alíquotas do imposto sobre importações [...], se acrescentam, no ambiente pós-Real, ingredientes como câmbio sobrevalorizado, juros estratosféricos e prazos de financiamento muito menores que os praticados pelos concorrentes externos. Resultados: enquanto as exportações brasileiras passarão, de US\$ 43 bilhões em 1994, para US\$ 49,5 em 1996, as importações pularão, de US\$ 33 bilhões, em 1994, para atingirem US\$ 51,5 bilhões, em 1996. Ou seja, enquanto as exportações terão crescido 15% desde 1994, as importações terão um aumento de 56% no mesmo período (Araújo, 2000, p. 343). [grifo do original]

Em 1999 o quadro piorou, pois foi implantado um tripé macroeconômico - superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação – aglutinado com mais uma crise cambial, gerou um freio na economia nacional e principalmente no Nordeste, que vinha sofrendo desde a intensificação do período de estag(hiperin)flação. Mas a partir de 2003, e principalmente após 2007, a chegada ao poder central de um governo com ótica encaminhada às causas sociais, implantou diversas políticas públicas, voltadas para o combate à fome, a pobreza extrema, ao ingresso no ensino superior e a conquista da casa própria, conglutinado com a valorização, real, do salário mínimo. Fatores que alavancaram os indicadores socioeconômicos nacionais e principalmente nordestinos (Giambiagi *et al.*, 2011; Sampaio, 2019; Trovão, Araújo e Montenegro, 2019).

2.2 Política nacional de desenvolvimento regional

Em 2007 o governo federal retoma os diálogos para a implantação de uma nova política de desenvolvimento regional e dessas conversas implantaram a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), que mesmo tendo algumas fases, o miolo da política não saiu do papel. Pois, primeiro arrastou-se por anos da implantação até a realização de encontros, conferências, e demais reuniões, e segundo que as políticas, descritas acima, de caráter nacional, atingiram as regiões que tinham os piores indicadores, pois eram nelas que se concentravam os maiores déficit (Gumiero, 2017; Trovão, Araújo e Montenegro, 2019).

A trajetória da PNDR possui duas fases [...]. A primeira fase abrange o ano de criação e apresentação da metodologia das tipologias territoriais da PNDR (2003), na versão de debate, que perpassa pela institucionalização em 2007, e essa fase se estende até 2009. A segunda fase da PNDR foi iniciada em 2010, com novo modelo de gestão da PNDR Fase II (2011-2015), deflagrada pelas conferências estaduais e federal [...] simbolizada pelo envio ao Congresso Nacional do projeto de lei que alçaria a política regional para a categoria de política de Estado (Gumiero, 2023, p. 762).

Deponti *et al.* (2024), apresenta uma terceira fase da PNDR, que a chamou de PNDR III, ocorrendo a partir de 2019. E o autor identifica esta nova fase em estudos aos documentos elaborados pelo Ministério de Integração Nacional, com o título “Política Nacional de Desenvolvimento Regional” publicada em 2024, de onde foi retirada as seguintes informações:

A PNDR foi atualizada em 2019, por meio do Decreto Federal nº 9.810. A primeira revisão foi feita com base no conteúdo discutido e amadurecido durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, realizada em 2013, e em Grupos de Trabalho criados em 2018. A nova atualização visa a atender às sugestões de melhorias apresentadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em relatório no ano de 2022. Uma delas é acompanhar, monitorar e avaliar, de forma sistemática e consistente, a aplicação dos recursos e seus impactos. O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional realizou, em 2023, consulta pública para retomar os canais de diálogo com a sociedade brasileira e colher contribuições para a revisão da Política de Desenvolvimento Regional (2024, p. 4).

Monteiro Neto e Pêgo Filho (2019), seguindo essa linhagem, descreve que no ano de 2018 ocorreu uma nova revisão da PNDR, agora encabeçado por Grupos de Trabalho (GT) montados pela Casa Civil da Presidência da República do governo Michel Temer (2016-2018). Essa revisão foi realizada por causa dos problemas levantados pelo Tribunal de Contas da União (TCU). E esses GTs ficaram fragmentados pelas seguintes linhas de debates: GT1 - Avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR); GT2 - Avaliação do Fundo

Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE); e, GT3 - Avaliação do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A operacionalização da PNDR esbarrou em falhas durante a sua implementação, como a ausência de um vínculo jurídico de lei e pouco esforço de diálogo em torno desta agenda entre os ministérios. Nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022) houve a marginalização da política regional na atuação destas agendas de políticas públicas, a favor da pauta de combate à seca no Nordeste, que pode ser averiguado ao observarmos o contingente de funcionários das instituições. A Codevasf detinha 1.749 servidores e o DNOCS apresentou cerca de 1.354 servidores atuantes, enquanto nas superintendências de desenvolvimento regional o número de funcionários da Sudam, Sudene e do MI não ultrapassou 1.178 servidores (Portugal e Silva, 2020. p. 107).

Seguindo os apontamentos de Portugal e Silva (2020), a ausência de um fundo nacional direcionado ao desenvolvimento das regiões deu margem para as demais lutas socioeconômicas pelos recursos que estavam encalhados. Fazendo com que as inversões fossem direcionadas a outros segmentos econômicos, muitas vezes antagônicos dos que a PNDR tinha traçado como essencial às conquistas do desenvolvimento regional, como exemplo de perda de receita que estavam destinados em ser implantados nos projetos de infraestrutura do PAC. Nisso alguns dos programas que foram contemplados foi o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Em meio a todas essas fases e atualizações da PNDR, esta política surgiu para que seus objetivos fossem atendidos e os dois principais era de reduzir as desigualdades regionais e ativar as potencialidades do desenvolvimento nacional por meio do desenvolvimento regional. Tendo como foco a reversão da trajetória das desigualdades regionais e, também, na exploração dos potenciais, internos, da economia regional brasileira. Também podem-se informar pontos que foram de extrema importância na proposição da PNDR, como: a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), uma fonte de recurso para financiar os territórios situados fora das macrorregiões, além de dispor de recursos não reembolsáveis no apoio de ações estratégicas e o segundo ponto seria com a criação da Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, que brotava como o papel de coordenação e articulação das políticas nos territórios de baixo desenvolvimento (Resende *et al.*, 2015b).

A PNDR adotou uma abordagem das desigualdades regionais em múltiplas escalas. Nesse sentido, foi um avanço em relação à visão tradicional, que resumia o problema

regional brasileiro ao atraso relativo das macrorregiões Norte e Nordeste. Também avançou ao definir uma tipologia para compreender o problema das desigualdades, contudo não detalhou instrumentos de planejamento que pudessem conduzir a seus objetivos e às articulações necessárias ao seu alcance, ressaltando que seriam elaborados planos Macro e Mesorregionais de Desenvolvimento e criadas novas agências de desenvolvimento regional, que nunca se efetivaram (Deponti *et al.*, 2024, p. 5)

Na descrição do Quadro 1, o financiamento da PNDR foi o principal gargalo para o não alcance do sucesso da redução das desigualdades regionais e do crescimento econômico nacional mediante o crescimento econômico regional, que são os principais objetivos da política nacional de desenvolvimento.

Quadro 1 – Metodologia e Financiamento das fases da PNDR 2003-2022.

PNDR	Metodologia do Programa
1ª Versão da PNDR (2003)	Noção conceitual de multiescalaridade territorial. A escala microrregional foi definida pelo cruzamento entre as variáveis de rendimento domiciliar médio e crescimento do PIB <i>per capita</i> que resultaram em 04 tipologias, microrregiões de alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda.
PNDR em dois tempos: A experiência apreendida e o olhar pós 2010 (2010)	Substituição da variável PIB <i>per capita</i> pelo PIB total para mensurar a dinâmica das microrregiões. Definição de espaços elegíveis e as Regiões Programas (RPs) e as Sub-regiões de Planejamento (SRPs), localizadas no Semiárido – RIDES no entorno de Brasília, Teresina e de Petrolina e Juazeiro.
Proposta de atualização da Tipologia Sub-regional da PNDR (2017)	Caracterização formada pelo rendimento médio <i>per capita</i> com base nas MRGs e nos municípios, com a taxa de variação da média do PIB municipal. Resultou nos seguintes quadrantes, 02 classes inferiores de baixa renda ou baixa variação do PIB, e 02 intermediárias, de média renda ou média variação do PIB, e as 02 superiores, de alta renda ou alta variação do PIB.
Macedo e Porto (2017)	a) rendimento domiciliar monetário <i>per capita</i> (determinada pelo índice de cesta básica, tendo como referência o valor da menor cesta investigada pelo DIEESE); b) taxa de variação do PIB <i>per capita</i> , calculado pelo PIB das MRGs com base no PIB municipal a preços correntes (R\$).
Financiamento da PNDR	
I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional: texto de referência (2012)	O financiamento de ações seria pela participação de outros programas, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). E financiamento pelos Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs).
Rotas de Integração, regulada pela Portaria MI nº 164/2014 (2014)	Financiar projetos em territórios de baixo e estagnado dinamismo, que representados pela renda familiar domiciliar <i>per capita</i> abaixo a 50% da média nacional e áreas com 50% a 75% da média nacional. Priorizando as atividades rurais associados ao uso de extrativismo na floresta.

Fonte: Gumiero (2023, p. 767)

Gumiero, Silva e Portugal (2022), descrevem que um dos fatos para que esse gargalo surgisse foi mediante a mudança do cenário político nacional da gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) – Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010) e de Dilma Rousseff (2010-2014 e 2015-2016) que teve seu segundo mandato interrompido pelo processo de

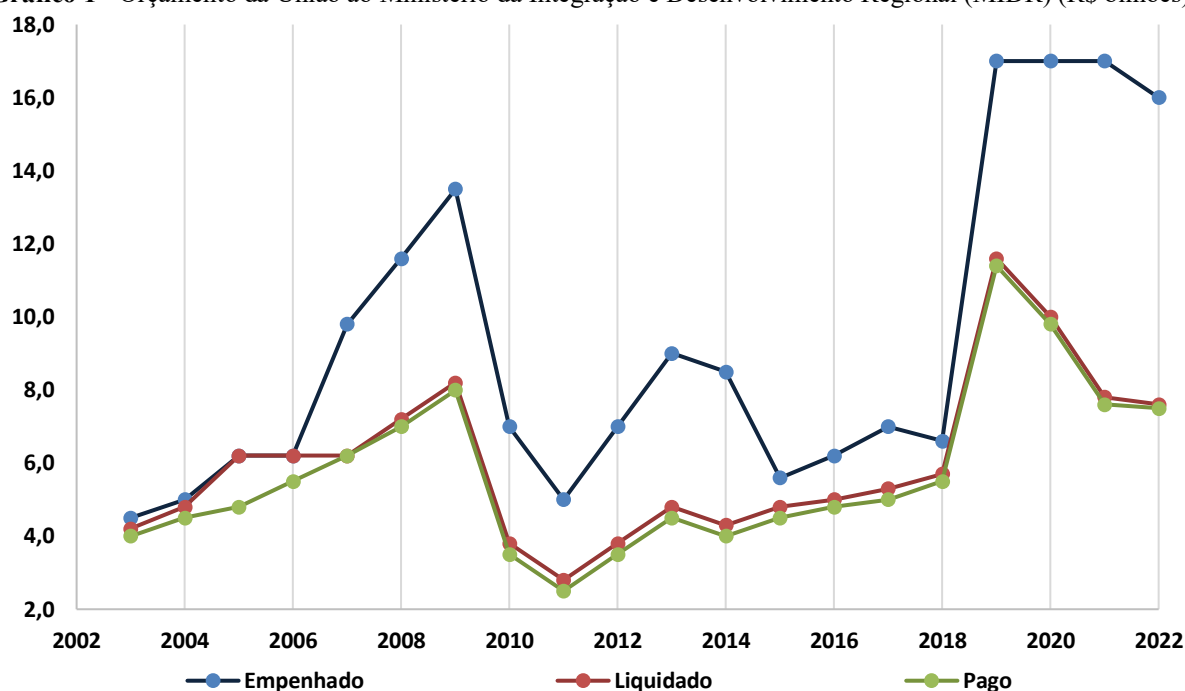
impeachment – com os governos seguintes, o primeiro de Michel Temer (2016-2018), do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que era vice-presidente de Dilma e assume após seu impedimento, e depois o governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) do Partido Social Liberal (PSL). Onde o primeiro promulgou uma Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, conhecida como Teto do Gasto Público ou Arcabouço Fiscal, que além de limitar o gasto oriundo do poder público federal, congelou por 20 anos os custos da União. Com o seu sucessor, que seguiu, à risca, a premissa do corte de gastos, excluiu os Ministérios da Integração Nacional (MI) e o Ministério das Cidades (MCID), transformando ambos em somente uma pasta, o Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR).

Com essa particularidade Gumiero (2023) descreve que,

A mudança na estrutura institucional formada por um novo ministério aglutinado por diferentes setores do planejamento responsável pelo aparato organizacional da PNDR, escalonou novas prioridades no MDR, [...]. No período de 2003 até 2009 houve um dispêndio maior de recursos do governo federal nas gestões de Lula pelo extinto MI, balizados principalmente pelos programas mesorregionais e sub-regionais que estavam sob a tutela da PNDR. Porém, nas gestões subsequentes de Rousseff e Temer, com a extinção dos programas PROMESO, CONVIVER, PDFF, PDSA inseridos nos Planos Plurianuais (PPAs) de 2004-2007 e de 2008-2012, houve recuo de investimentos na pasta pelo governo federal. Finda esta seriação histórica o governo Bolsonaro, no qual houve aumento da dotação de recursos no MDR, devido à junção entre os ministérios e secretarias extintas, pautando ações direcionadas para outras veredas, diferentes as da PNDR (2023, p. 771).

Em observação do Gráfico 1, se nota que entre 2009 e 2011 houve uma queda aproximadamente de 64%, reduzindo de R\$ 8 bilhões para R\$ 2,5 bilhões, em cifras absolutas nos valores pagos. O período apresentou esse comportamento, pois o Brasil e o mundo sofreram com as consequências, iniciais, da grave crise econômica que começou nos fins de 2008 e depois com o colapso que essa crise financeira causou em diversos países da Zona do Euro.

Outra particularidade que ocorreu foi o impacto que houve sobre o orçamento dos anos de 2019 a 2022, onde sofreu uma redução nos valores pagos de aproximadamente 35%, sendo que em 2019, em valores absolutos, houve o investimento de R\$ 11,4 bilhões, já em 2022 esse valor chegou a R\$ 7,5 bilhões. Esse foi outro período desafiador para a economia mundial, pois foi vivenciado por uma pandemia de uma doença respiratória, onde chegou ao extremo de cessar todos os estabelecimentos considerados não essenciais. Mas pode-se descrever que mesmo com a queda dos valores pagos e liquidados, os valores empenhados permaneceram em uma média de R\$ 16,75 bilhões, comportamento diferente com o primeiro ciclo de queda (2009-2011).

Gráfico 1 - Orçamento da União ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) (R\$ bilhões)

Fonte: Gumiero (2023, p. 772). Retirado do Orçamento do MIDR e consultado em SIOF. Elaboração própria.

Gumiero (2023), descreve que nesse intervalo de tempo (2003-2022) as cinco maiores pastas receberam por volta de 71% de todo valor orçado, dividido da seguinte forma: o primeiro com 22% foi a pasta dos Recursos Hídricos (R\$ 52 bilhões); 17% em Outros Encargos Especiais (R\$ 41 bilhões); 13% em Defesa Civil (R\$ 30 bilhões); 11% em Assistência Comunitária (R\$ 27 bilhões); e o quinto colocado com 8% ficou a Administração Geral (R\$ 18 bilhões). As demais pastas ficaram com os 29% restantes do orçamento do MIDR. Com esses dados verifica-se a presença do quanto a política do ministério foi desviada de uma política pública de desenvolvimento regional, uma ação preventiva, para ações corretivas, simplesmente para correção de danos eventuais, que não ocasiona nenhuma alteração estrutural na região, pelo viés da economia.

[Ocorreu] inversão de prioridades nas pautas de programas e ações do MIDR em relação às propostas e diretrizes da PNDR. Os maiores valores distribuídos foram programas operados nos anos de 2003 até 2022 no referido ministério: com 30% no programa de 'Operações Especiais: financiamentos com retorno'; seguido por 7% distribuído no Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo; 5% dos recursos foram destinados para a Previdência de Inativos e Pensionistas da União; 5% foram destinados para o programa de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres; e 4% para Resposta aos Desastres e Reconstrução. 51% dos recursos orçamentários do MIDR alocados foram para os programas supracitados. Os 49% restantes foram pulverizados em pequenas frações de recursos para programas de interesse local, mas que não sinalizaram uma estratégia de planejamento para o desenvolvimento regional congregando as diferentes unidades federativas e territórios de alta vulnerabilidade econômica e social (Gumiero, 2023, p. 773). [grifo do original]

Outra fonte de recurso foi mediante as emendas de relator geral no MIDR, que disponibilizou, em valores absolutos, R\$ 465,2 mil para a pasta de Ações de Proteção e Defesa Civil, R\$ 363,6 mil para a Integralização de Cotas ao Fundo de Arrendamento Residencial, R\$ 200,5 mil para o Funcionamento dos Sistemas de Transporte Ferroviário Urbano de Passageiros, R\$ 192,2 mil ao Apoio à Implantação, Ampliação de Sistemas de Esgotamento Sanitário; e R\$ 178,01 mil para Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social. Em valores percentuais essas pastas apresentaram, respectivamente com 21%, 16%, 9%, 9% e 8% (Gumiero, 2023).

[A] dotação orçamentária dispendida pelo MI e MDR no período de 2003 até 2022 demonstrou que a agenda de prioridades e ações para a implementação da PNDR pouco avançou em termos de execução analisada pela dimensão econômica, por intermédio de prioridade pelo governo federal. A dotação de orçamento por função nos referidos ministérios pautou maior locação de financiamento em ações destinadas aos recursos hídricos e de mitigação aos desastres ambientais. As ações destinadas à pauta da agenda de políticas regionais foram impulsionadas pelos programas mesorregionais na primeira gestão Lula (2003-2006) por meio do PPA 2004-2007, porém, posteriormente o financiamento foi restringido aos programas de interesse local mobilizado por interesses das unidades federativas, encampadas pela representação na Câmara dos Deputados, por intermédio das emendas orçamentárias, avaliadas no valor de R\$ 14.815.637,00 [m]ilhões em valores gastos em funções emendas no MIDR (Gumiero, 2023, p. 775-776).

Com isso a PNDR apresentou desafios e obstáculos para que suas pautas fossem atendidas e assim o objetivo de gerar um desenvolvimento regional com o intuito de reduzir a disparidade existente entre as macrorregiões venham a se cumprir e produzir um desenvolvimento nacional baseado na multiescala de produção. Por conseguinte, Deponti *et al.* (2024) descreve que as possibilidades vindouras e os aprendizados necessitam do investimento, principalmente, em infraestrutura nas regiões de menor grau de desenvolvimento e que deveria ocorrer a articulação entre os diversos agentes para o processo de elaboração das políticas públicas. Essas políticas têm a necessidade da geração de avanços estratégicos na governança, articulação e coordenação dos instrumentos que regem o planejamento e do manejo territorial em todas as escalas de governo (Deponti *et al.*, 2024).

Uma das possibilidades seria a construção de um ator coletivo territorial. As novas estratégias de desenvolvimento precisam dotar de capacidade, de poder e de recursos [a] esses atores para que eles levem adiante um programa de desenvolvimento, mesmo após a retirada dos mediadores. Outro desafio é promover a construção de projetos territoriais que vençam a visão setorial e integrem em suas proposições ações que permitam alcançar uma visão de futuro construída coletivamente por coalizões de atores que representem os diversos e, geralmente, conflitantes interesses que se impõem na diversidade de territórios. De outro lado, a troca de experiências com

outros países da região pode contribuir na aprendizagem sobre como em outros lugares tem se vencido os muitos desafios do planejamento territorial e da coordenação e da articulação de políticas públicas (Deponti *et al.* 2024, p. 12).

Com todo esse imbróglio de implantação, atualização, bloqueio, revisão, reunião e demais, à nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), idealizada pela professora Tânia Bacelar, e instituída pelo governo federal em 2003, com a professora na liderança, as políticas públicas desenvolvidas foram com perspectiva nacional. Mesmo sem uma política de cunho regional, as que foram implantadas melhoraram a situação socioeconômica das regiões mais carentes, fato que de 2004 a 2013 o Nordeste teve melhorias no seu IDH. O PIB cresceu acima da média nacional, e um fato extraordinário foi a saída de mais de 20 milhões de pessoas da extrema pobreza. Mas quando se miram o decênio seguinte, 2014 a 2023, o país entra numa espiral descendente, perdendo as conquistas sociais e econômicas que tinham alcançado dez anos atrás, voltando novamente a integrar o mapa da fome.

3 OS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DO NORDESTE

O Nordeste por ser a região que detêm desprezíveis indicadores socioeconômicos, sofreu, e ainda sofre, a estigma de ser a região problema do país. Mesmo com o processo de integração regional, a região apresentou melhora, mas nada tão animadora, pois mediante a alguma crise econômica retroagia todas as conquistas. Para Araújo, Souza e Lima (1997, p. 55), o caso nordestino encontra-se dividido em dois distintos caminhos sobre o desenvolvimento regional. O primeiro está caracterizado pelo isolamento e letargia econômicos, que os identificaram como uma bagagem histórica do período de crise do setor primário-exportador. O segundo foi relacionado com o processo de articulação regional que o Nordeste passou desde os anos de 1940 e 1950 com a região mais dinâmica do país, que o identificaram como de etapa concorrencial e que posteriormente a essas décadas aflora o processo de integração da estrutura produtiva, pois ocorria a transferência de capitais das regiões centrais ao Nordeste, a periferia.

O dinamismo que surge no Nordeste, após o processo de integração regional, repercute em sua economia, alterando seu quadro de entorpecimento, pois ocorreu a expansão do produto interno bruto da região, com média acima da nacional, e esses ganhos repercutiram, ponderavelmente, na renda média da região. E um segundo ponto foi a introjeção de novos postos de trabalho, conseguindo absorver uma grande quantidade de mão de obra, tanto de subsetores tradicionais como em novas atividades industriais anteriormente sem existência (Araújo, Souza e Lima, 1997).

As cicatrizes das mazelas históricas trouxeram para o mercado de trabalho e, conseqüentemente, para a renda do Nordeste, inúmeras conseqüências negativas. Pois o sistema agroexportador açucareiro, base da economia da região por séculos, ajustava-se nas crises, mantendo intocável a estrutura fundiária dos latifúndios, e suas dívidas quando não perdoadas eram postergadas. Aglutinada as características escravistas, que ainda existe nas relações de trabalho informal, a dominância de oligarquias políticas e atraso cultural contribuíram para a perpetuação dos baixos salários, que sempre sofreram ajustes, para baixo, a cada situação de crise (Araújo, Souza e Lima, 1997).

Essas chagas perduram até os dias de hoje, pois segundo Araújo (2000), nos anos 2000 a região detinha de dois terços da população brasileira abaixo da linha da pobreza. Como se pode visualizar com os dados do IBGE, no mesmo ano, o Nordeste apresentou sua participação média na formação do PIB, inferior aos alcançados nos anos de 1985 e 1990, mostrando a reconcentração que a economia brasileira vivenciou no período que passou pela hiperinflação.

Pois, mesmo apresentando cerca de um terço da população nacional, produzia menos de um quinto, em média, no período descrito acima, e sendo menor ainda nos anos 2000. (Gonçalves e Araújo, 2015).

Com as políticas implantadas na primeira década dos anos 2000, pelo governo federal, de cunho social e de infraestrutura, o Nordeste começou a apresentar um novo dinamismo econômico, pois o PAC produziu uma alavancagem no produto interno bruto da região, já que antes de sua implementação, em 2006, o PIB médio da região era de 3,4%, após sua implementação alcança 4,8%. Outro fator foi a criação do Bolsa Família, pois em 2008, 52% dos recursos distribuídos por esse programa eram destinados ao Nordeste. Sem falar nos repasses dos fundos de participações dos municípios e dos estados (FPM e FPE), nos BPCs e na valorização, real, do salário-mínimo. Mesmo assim, em 2011, segundo os dados do IBGE, o Nordeste concentrava 59% do total de extrema pobreza registrado no Brasil, e que os indigentes se concentravam, principalmente, na zona rural (Gonçalves e Araújo, 2015).

Mas como ressalta Gonçalves e Araújo (2015, p. 202),

[p]ercebe-se que, no Nordeste brasileiro, todos os indicadores sociais explorados evoluíram menos da metade do PIB, com exceção dos indicadores do analfabetismo, que evoluiu um pouco acima da metade do indicador macroeconômico, mas abaixo da média nacional, podendo-se, assim, concluir que nessa região o crescimento econômico, entre os anos 2000-2010, não se desdobrou, na mesma proporção, em uma melhoria na qualidade de vida dessa sociedade.

Conforme Resende *et al.* (2015a), o desenvolvimento regional que ocorreu no Nordeste tem relação com seis fatores, são eles: primeiro, a expansão do PIB das cidades médias e pequenas; segundo, a elevação do consumo das famílias mais pobres, que gerou um efeito de crescimento do setor terciário; terceiro, a redução de algumas desigualdades, pois o IDH do Nordeste cresceu acima da média nacional; quarto, a desconcentração industrial; quinto, a diversificação dos investimentos produtivos; e a sexta, a expansão do número de vagas no ensino superior público e privado.

Em observância aos agregados macroeconômicos estudados nesta pesquisa, o Nordeste foi a região que apresentou um crescimento significativo, pois dentre os anos analisados, o comportamento do seu PIB (setores: primário, secundário e terciário) foi mais expressivo, positivamente, do que a variação do produto interno bruto nacional (Cavalcanti Junior e Lima, 2023). Na ótica da renda, os programas sociais (Previdência Rural, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família) em conjunto com a valorização, real, do salário-mínimo

contribuíram para a redução do nível de pobreza e pobreza extrema (Trovão, Araújo e Montenegro, 2019). Quando ocorre a medida do nível dos indicadores socioeconômicos (educação, índice de Gini, IDH, emprego, dentre outros), a região apresentou saldos positivos tendo uma elevação no nível de educação e redução no índice de Gini (Cavalcante e Feitosa, 2019; Gumiero, 2017).

Com a finalidade da dissecação de alguns dos indicadores socioeconômicos, ocorre a descrição abaixo da taxa de escolaridade, dos investimentos, da criação de postos de trabalho, da elevação da renda média e *per capita*, onde contribuíram para que o Nordeste tivesse conseguido a façanha de aquecer sua economia começando uma reação para a melhoria do bem-estar de seus gentis. Principalmente na busca da redução da extrema pobreza, que é uma excrescência que ainda, em pleno século XXI com os recordes na produção de alimentos, convivemos.

3.1 Formação de capital humano – taxa de escolaridade

A implantação de políticas regionais para o desenvolvimento econômico, mostra que o Brasil carrega a mácula de crescer desproporcionalmente, e esse crescimento desigual está enraizado em todos os segmentos, começando com o social e desembocando no econômico. Isso não foi diferente no nível educacional de seus cidadãos. Como a educação no Brasil sempre foi destinado a uma pequena classe de privilegiados, essa prerrogativa ocorreu de forma desproporcionada entre as regiões, fato que, o Nordeste, é a região que detêm os menores índices socioeconômicos, lidera o *ranking* nacional como os piores quadros de escolarizados e de analfabetos.

Com isso Almeida *et al.* (2023), descreve que,

[é] consenso na literatura de que a educação é considerada a chave para o progresso e de que este prescinde de uma política deliberada de incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico, condição *sine qua non* para alcançar o desenvolvimento socioeconômico e para a efetivação de uma sociedade mais justa e soberana. Assim, na medida em que as regiões mais pobres do Brasil e, mais especificamente, as cidades do interior não conseguiram elevar o nível de escolaridade de sua população, [...], o abismo da desigualdade tendeu a permanecer e se aprofundar [...] (2023, p. 30-31).
[grifo do original]

Mediante essa desigualdade Romanelli (2014), propõem a reflexão de que a educação implantada no Brasil teria,

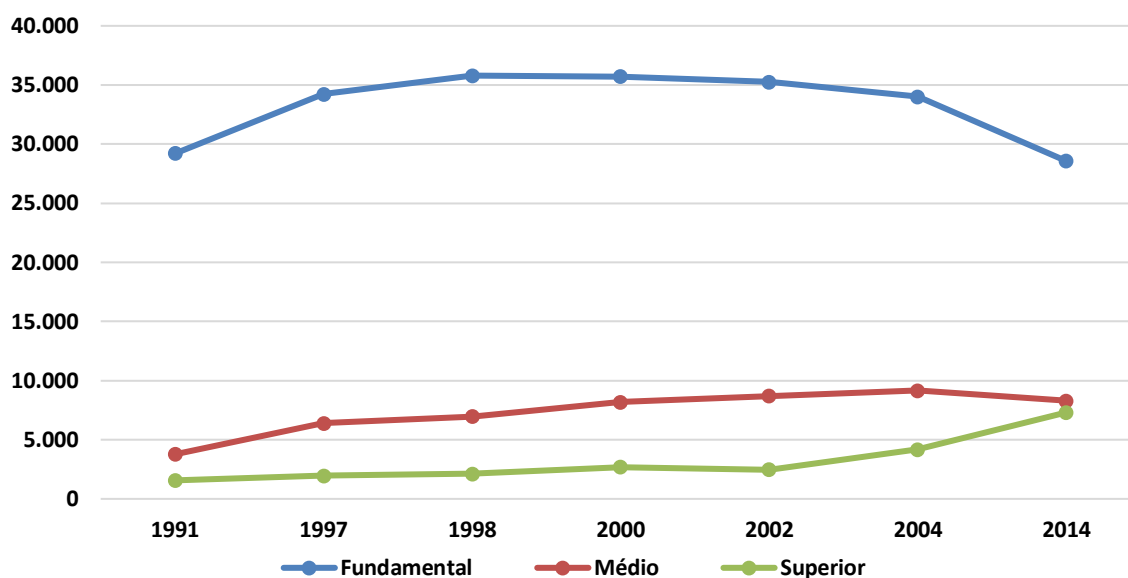
[a] necessidade de manter os desníveis sociais [...], [como] um instrumento de reforço das desigualdades. Nesse sentido, a função da escola foi de ajudar a manter privilégios de classes, apresentando-se ela mesma como uma forma de privilégios, quando se utilizou de mecanismos de seleção escolar e de um conteúdo cultural que não foi capaz de proporcionar às diversas camadas sociais sequer uma preparação eficaz para o trabalho. Ao mesmo tempo que ela deu à camada dominante oportunidade de se ilustrar, ela se manteve insuficiente e precária, em todos os seus níveis, atingindo apenas uma minoria que nela procurava uma forma de conquistar ou manter *status* (2014, p. 24). [grifo do original]

Romanelli (2014), continua sua explanação relatando que o sistema educacional nos países em desenvolvimento (emergentes) estavam atrelados a papéis conservadores, pois as escolas servem de conservação e transmissão de valores culturais arcaicos a comando das elites dominantes. E para sair dessas amarras Subirats (2000, p. 203), descreve que diante dessa barreira “a solução [...] passa por um maior desenvolvimento da democratização no próprio sistema educativo”. E esse quadro começa a mudar quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996 – Lei nº 9394/96 – que em seu artigo 2º descreve,

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (1996, s.p.).

E em seu artigo 22 cita que, “[a] educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em seus estudos posteriores” (1996, s.p.). Mediante esse novo regimento ocorreu a ampliação dos níveis educacionais onde buscava o atendimento da totalidade da população na idade “certa” de cada etapa escolar, que mediante aos números de matrículas podendo observar o comportamento das curvas no gráfico 2.

Observando o período entre os anos de 1991 e 1997, no ensino fundamental, ocorreu um crescimento de 17%, pois no primeiro ano foram efetuadas 29.204 matrículas, já em 97 esse número chegou a 34.229. Esse crescimento foi somente suprimido na outra margem da curva, pois de 2004 a 2014 ocorreu o movimento contrário, houve a queda de 19% no número de matrículas neste mesmo nível educacional. A realidade do século XXI está totalmente diferente do século anterior, pois a população brasileira está ficando mais velha e o número de nascimento está diminuindo, proporcionando uma redução no número de matrículas.

Gráfico 2 – Evolução das matrículas por nível de ensino no Brasil (Mil pessoas).

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação (Inep/MEC) – Censo Escolar. Elaboração própria.

Nos demais segmentos da educação verificou-se que existe uma parcela muito pequena da população que é absorvida pelos demais níveis, e que uma quantidade significativa de pessoas abandona, por inúmeros motivos, os estudos antes de chegarem ao Ensino Médio. Já em relação ao Ensino Superior, este está a cada ano conseguindo alcançar o número de matrículas registradas no Ensino Médio, sendo possível perceber que isso ocorre com mais ênfase, após o ano de 2002, quando as políticas de incentivo a essa modalidade de ensino foi priorizada pelos governos centrais.

Tabela 1 - Taxa de escolaridade por nível de instrução das pessoas de 15 anos ou mais de idade (Mil pessoas).

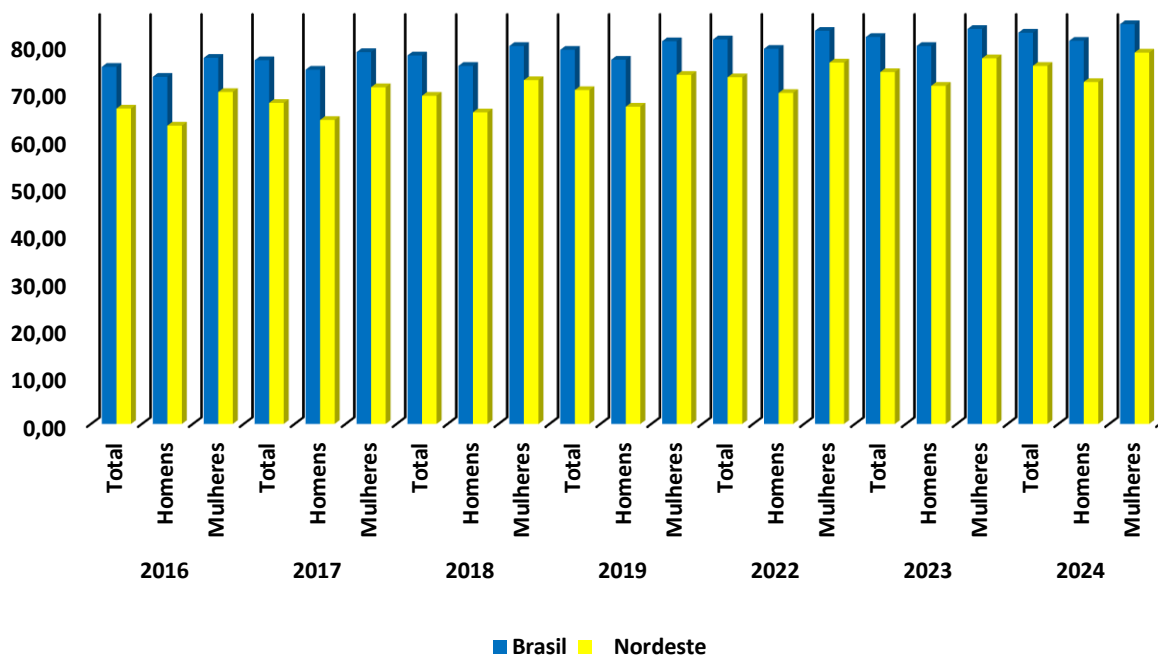
Nível de instrução		2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
BRA	Total	125.258	127.453	129.585	131.707	138.111	140.227	142.271
	Sem instrução	9.153	8.586	8.361	7.874	8.287	8.433	7.840
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	41.514	41.827	41.539	41.060	38.661	37.976	37.315
	Ensino fundamental completo ou equivalente	11.560	10.917	10.557	10.573	10.763	10.533	10.538
	Ensino médio incompleto ou equivalente	5.210	5.948	6.152	6.330	6.912	6.999	6.949
	Ensino médio completo ou equivalente	34.018	35.171	36.015	37.258	41.356	42.874	44.469
	Ensino superior incompleto ou equivalente	4.483	4.866	5.402	5.585	5.637	5.822	5.924
	Superior completo	19.321	20.137	21.559	23.027	26.496	27.588	29.236
NE	Total	32.586	33.200	33.787	34.225	35.895	36.484	36.941
	Sem instrução	4.601	4.486	4.281	4.127	4.231	4.236	3.929
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	12.129	12.254	12.192	12.200	11.542	11.342	11.304
	Ensino fundamental completo ou equivalente	2.319	2.243	2.238	2.252	2.396	2.380	2.409
	Ensino médio incompleto ou equivalente	1.492	1.573	1.607	1.631	1.897	1.859	1.947
	Ensino médio completo ou equivalente	7.901	8.279	8.529	8.781	10.182	10.667	10.895
	Ensino superior incompleto ou equivalente	922	942	1.108	1.094	1.084	1.133	1.181
	Superior completo	3.222	3.422	3.831	4.140	4.561	4.866	5.277

Fonte: IBGE/SIDRA - Tabela 7113 (2025)

Mas essa realidade esconde uma grande incidência de pessoas sem grau de instrução, os chamados analfabetos, pois como está evidente na Tabela 1, em 2023 existia no Brasil 8.433 cidadãos considerados sem instrução e desses 4.236 estavam na região Nordeste, ou seja, mais de 50% dos brasileiros considerados analfabetos assistiam na região Nordeste em 2023. Isso mostra o quanto essa região precisa de um foco maior por parte do governo central, para que essa disparidade venha a arrefecer.

Os dados ficam mais críticos quando ocorre a verificação do tempo médio de estudo, das pessoas com 15 anos ou mais, onde os nordestinos em comparativo com o tempo médio de estudo para os brasileiros estão bem abaixo. Apesar do crescimento verificado no gráfico 3, em 2016 o Brasil detinha 75,3% de sua população com 15 anos ou mais com os estudos em andamento ou finalizados e o Nordeste registrava 66,5%. Em 2023 esse percentual cresce 8% para o Brasil chegando ao patamar de 81,6% das pessoas com algum nível de instrução. Para o Nordeste esse percentual também cresceu, bem acima que a média nacional, chegando a 11%, totalizando em 74,6%. Nesse intervalo de 7 anos a região conseguiu obter um crescimento maior que o nacional, mas somente reduzindo sua disparidade e infelizmente ficando abaixo da média nacional.

Gráfico 3 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 15 anos ou mais (%).



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. Elaboração própria.

Referente aos indicadores socioeconômicos e educacionais, Araújo (2018), revela que,

[...] as desigualdades sociais, educacionais e, inclusive, as étnico-raciais estão correlacionadas e se complementam. Posto que, os reflexos destas, na vida dos sujeitos que se encontram em situações desiguais na sociedade, reduzem as oportunidades de acesso, permanência e êxito destes na escola, bem como as expectativas de prosseguirem nos níveis mais altos de ensino. Desta forma, diminuindo as chances de acessarem os espaços socialmente mais valorizados, excluindo-os das oportunidades de ascensão social e intelectual, mantendo-os subalternizados, em empregos com salários humilhantes ou em subempregos ou desempregados (2018, p. 419).

Embora a questão de gênero e racial não componha os objetivos deste trabalho, em todos os níveis de segregação e desigualdade não há como eximir negros e mulheres. Perceba que, na sociedade em que assistimos, os homens ainda têm uma representatividade mais forte e, dentre estes, o homem branco está em uma situação de privilégio. No lado oposto, no lado do desprivilegio, encontram-se as mulheres negras, os povos originários, os LGBTQIA+ e outras minorias. Imagine esse desfavorecimento em uma região que já se encontra em desproporção socioeconômica em relação às demais.

Nesse sentido o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB (2011), apresentou que em 2011 as melhores escolas e os melhores índices de desenvolvimento educacional concentravam-se nas regiões Sul e Sudeste, as regiões mais ricas do país. E consequentemente nas regiões mais pobres – Norte e Nordeste, localizavam-se as piores escolas com os piores índices de desenvolvimento educacionais. São nas duas últimas regiões citadas onde ocorrem a maior parcela de negros e silvícolas, além de estarem as maiores proporções de pobreza e desigualdade social e educacional do Brasil.

Além disso,

[o]s indicadores educacionais revelam, em número, o quanto injusto e desigual é o sistema público de ensino no Brasil. Enquanto no ensino básico a população pobre (em sua maioria de negros) é sobrerrepresentada, no ensino superior o quadro se inverte, esta passa a ser sub-representada. O mais intrigante nisso tudo é o fato de que os sujeitos pertencentes aos grupos mais abastados (em sua quase totalidade de brancos), que durante o ensino básico são usuários do sistema de ensino privado, no nível superior passam a ocupar os bancos das universidades públicas, consideradas de boa qualidade, enquanto os pertencentes aos grupos menos favorecidos, que antes ocupavam as vagas nas escolas públicas de pouca ou nenhuma qualidade, são direcionados para as faculdades privadas, em sua maioria de pouca ou de qualidade duvidosa (Araújo, 2018, p. 420).

A tabela 2 nos mostra o quanto o Nordeste necessita de uma mudança de conjuntura governamental, para que as políticas públicas educacionais venham a atingir a base da

sociedade. Pois mesmo com uma mudança de planos na instalação da Lei 9394/96 e da intensificação de políticas de interiorização do ensino superior em 2007, os números do Nordeste ainda não chegaram a ser tão representativos, pois esta região é detentora de 27% da população nacional e sua representação de pessoas com algum tipo de instrução fica nas intermediações dos 10%, em relação a totalidade apresentada pelo país, em cada nível de instrução. Sendo o oposto quando a taxa é sobre as pessoas sem instrução, que os valores oscilam acima dos 50%.

Tabela 2 - Pessoas de 25 anos ou mais de idade, por nível de instrução (Mil pessoas).

	Nível de instrução	2016	2017	2018	2019	2022	2023	2024
BRA	Total	125.258	127.453	129.585	131.707	138.111	140.227	142.271
	Sem instrução	9.153	8.586	8.361	7.874	8.287	8.433	7.840
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	41.514	41.827	41.539	41.060	38.661	37.976	37.315
	Ensino fundamental completo ou equivalente	11.560	10.917	10.557	10.573	10.763	10.533	10.538
	Ensino médio incompleto ou equivalente	5.210	5.948	6.152	6.330	6.912	6.999	6.949
	Ensino médio completo ou equivalente	34.018	35.171	36.015	37.258	41.356	42.874	44.469
	Ensino superior incompleto ou equivalente	4.483	4.866	5.402	5.585	5.637	5.822	5.924
	Superior completo	19.321	20.137	21.559	23.027	26.496	27.588	29.236
NE	Total	32.586	33.200	33.787	34.225	35.895	36.484	36.941
	Sem instrução	4.601	4.486	4.281	4.127	4.231	4.236	3.929
	Ensino fundamental incompleto ou equivalente	12.129	12.254	12.192	12.200	11.542	11.342	11.304
	Ensino fundamental completo ou equivalente	2.319	2.243	2.238	2.252	2.396	2.380	2.409
	Ensino médio incompleto ou equivalente	1.492	1.573	1.607	1.631	1.897	1.859	1.947
	Ensino médio completo ou equivalente	7.901	8.279	8.529	8.781	10.182	10.667	10.895
	Ensino superior incompleto ou equivalente	922	942	1.108	1.094	1.084	1.133	1.181
	Superior completo	3.222	3.422	3.831	4.140	4.561	4.866	5.277

Fonte: IBGE/SIDRA - Tabela 7135 (2025)

Assim, a questão da desigualdade, pobreza, exclusão e violência encontram-se associados a pouca ou nenhuma instrução escolar e estão intimamente ligados a condição econômica que as regiões menos desenvolvidas – Norte e Nordeste – apresentam. Com isso, a baixa escolaridade, mediante a concentração de um péssimo e de pouca qualidade educacional, fez da sua maioria populacional, principalmente composta de pretos, pardos e povos originais viverem à mercê de exploração social e trabalhista. Nesse sentido, a falta de uma revolução educacional manterá a influência de uma pequena parte da população, dita de elite, podendo ser das próprias regiões, ou das demais, controlando e explorando a frágil e incapacitada massa de brasileiros com vulnerabilidade socioeconômica da porção norte do Brasil (Araújo, 2018).

3.2 Investimento e mercado de trabalho (formal x informal)

Ao conhecimento dos estudiosos sobre os assuntos econômicos e da experiência dos brasileiros, que amargaram a crise socioeconômica, dos anos de 1980 e primeira metade dos anos de 1990, do Brasil e, conseqüentemente, de suas regiões, estudaram e conviveram com o período de crise fiscal aglutinado a incorporação de uma política voltada às ideias neoliberais. Que segundo Costa e Cunha (2010), essa política de cunho liberal apresentava como objetivos: melhorar a competitividade externa, aumentar a produtividade e promover o crescimento econômico, tudo isso como uma saída para a fuga desta, até então, estag(hiper)inflação. Com isso, em 1988, o Brasil foi direcionado a uma maior abertura comercial, promovendo a eliminação de restrições tarifárias e não tarifárias.

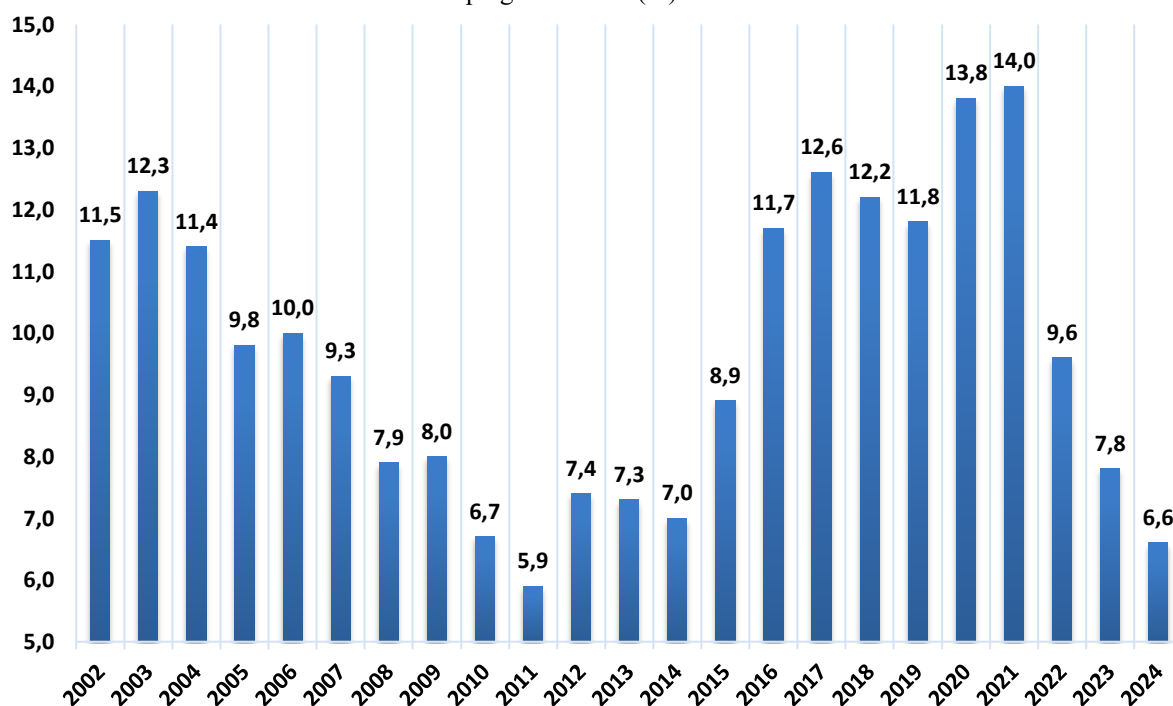
Nos anos 1990, em meio a uma conjuntura marcada pelo processo de liberalização da economia nacional e pela ausência de uma política de desenvolvimento industrial, com o esvaziamento da instituição coordenadora do planejamento regional, os maiores estados nordestinos, como Bahia, Ceará e Pernambuco, iniciaram uma estratégia de concessão de incentivos, a conhecida ‘guerra fiscal’. Essa política de atração de indústrias, por meio da renúncia dos tributos, logo depois seria adotada pelos demais estados (Carvalho, 2018, p. 27). [grifo do original]

Mas consequências desastrosas ocorreram, pois essa abertura comercial escancarou para as empresas nacionais uma competitividade internacional, onde provocou a falência de centenas a milhar de firmas, sendo algumas adquiridas por conglomerados nacionais ou internacionais, e as que sobreviveram a essa “carnificina” neoliberal foram obrigadas a reduzir seus custos. E a saída a essa redução era a implantação de novas tecnologias, poupadoras de mão de obra, tendo como resultado, o desligamento de centenas de milhares de trabalhadores, principalmente de baixa qualificação (Costa e Cunha, 2010). E essa foi a realidade do país até os primeiros anos do, aguardado, anos 2000.

Perpassando esse longo e demorado caminho, onde o país encontrava-se com sua economia estagnada, o Brasil começou a dar sinais de que estava prestes a viver um novo ciclo de crescimento repercutindo em uma ampliação de contratação no mercado de trabalho. Essa expectativa andava atrelada ao progresso que estava ocorrendo na economia mundial, onde provocava um lento, mas crescimento da economia local contribuindo para recuperar parte dos empregos perdidos, mesmo assim, a taxa de desocupação estava bastante elevada (Macambira e Bessa, 2009).

Entretanto, os autores citados relatam que o desemprego afetou de forma diferenciada as regiões brasileiras, pois as mais pobres foram as que mais sofreram, ou seja, a região Nordeste, que apresentava os piores índices macroeconômicos, principalmente em relação ao nível de qualificação de seu capital humano e aos altos índices de pobreza e extrema pobreza. E nos anos 2000, quando a economia nacional começou a apresentar bom desempenho no mercado de trabalho, esse fato ocorreu com mais peso nas regiões Sul e Sudeste (Macambira e Bessa, 2009).

Gráfico 4 – Série histórica da taxa de desemprego no Brasil (%).



Fonte: IBGE (2016; 2025). Pesquisa Mensal de Emprego (2002 a 2011) e PNAD Contínua (2012 a 2024). Elaboração própria.

Segundo Maia (2007), na primeira metade dos anos 2000 o mercado de trabalho formal estava superaquecido pois o seu crescimento estava mais acelerado que o crescimento da PEA, fato que gerou a redução da taxa de desemprego em 1,2 pontos percentuais, saindo de 12,7% para 11,5% (Gráfico 4). Mesmo assim no ano de 2006 parte considerada da força de trabalho encontrava-se desempregada, em números absolutos esse montante chegava a um pouco mais de 11,4 milhões de pessoas. Com essa realidade Pochmann (2007) aponta que mesmo com o crescimento do emprego formal, nesse período, a economia não teve o crescimento necessário para que viesse a absorver uma gigantesca parcela de trabalhadores que não tinham se inserido em alguma ocupação laboral, principalmente os mais jovens.

A retomada do crescimento econômico, nesse período, proporcionou a expansão do emprego em meio a um processo de formalização dos contratos de trabalho e de ampliação dos postos com carteira assinada. O aumento da participação de trabalhadores nessa última posição (16,4% em 2002 contra 26% em 2014) deu-se simultaneamente à redução do peso dos trabalhadores por conta própria, uma posição na ocupação reconhecidamente associada a atividade ligadas ao setor informal da economia (Trovão, Araujo e Montenegro, 2019, p. 149).

Na primeira década do século XXI o país perpassou por um processo de dinamização de sua economia e mediante sua política nacional transformou as economias regionais, principalmente, atingindo camadas sociais que, historicamente, eram marginalizadas. Esse conjunto de políticas públicas estava sendo tocada pela ampliação dos investimentos, principalmente em infraestrutura, alavancagem do consumo, mediante o aumento da renda média do trabalhador, com a valorização, acima da inflação, do salário mínimo, e o combate à pobreza e extrema pobreza, com as políticas de transferências de renda. Além dessas veio a ampliação do acesso ao crédito, onde contribuiu com o movimento de redução da taxa de desemprego e a criação de milhares de postos de trabalho formal. Causas que provocaram uma circulação de moeda no mercado interno e consequentemente o crescimento do produto interno bruto regional e nacional (Trovão e Araujo, 2019).

O crescimento da produção do Nordeste nestes treze primeiros anos do século ocorreu em todos os segmentos da economia. No setor primário veio com a expansão da fronteira agrícola, nos estados do Maranhão, Piauí e Bahia – que em conjunto com Tocantins gera o anagrama MATOPIBA -, a consolidação da fruticultura irrigada, com destaque para Pernambuco e Rio Grande do Norte, e a produção da agricultura familiar, que confirma seu papel de destaque no semiárido (Trovão e Araujo, 2019). Já no setor secundário Gomes (2014), nos mostra, em números absolutos, o montante dos investimentos realizados no Nordeste até 2016. Este chegou a R\$ 340 bilhões, fragmentados em R\$ 120 bilhões destinado ao Maranhão, R\$ 70 bilhões ao estado da Bahia, R\$ 60 bilhões para Pernambuco, R\$ 50 bilhões ao Ceará e aos demais estados os R\$ 40 bilhões restantes. Essas cifras foram destinadas aos setores de alimentação e bebidas, higiene e beleza, energia, mineração e petróleo e gás, automotiva, naval, papel e celulose, vidro e farmoquímica.

Já ANEEL (2003) ressalta que os grandes investimentos - estaleiros, petroquímicos, termoelétricas, siderúrgicas e refinarias – estavam direcionadas às áreas metropolitanas, pois estas são equipadas com complexos industriais e portuários, que exemplifica o de Suape (Região Metropolitana do Recife), Camaçari (Região Metropolitana de Salvador), Pecém (Região Metropolitana de Fortaleza) e Itaqui (localizado em São Luiz). Sendo que ocorreu diversos investimentos em parques industriais na produção de celulose no Sul da Bahia e Oeste

do Maranhão, em hidroelétrica no Sul do Maranhão e plantas eólicas nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia (Trovão e Araújo, 2019).

Com relação ao setor de serviços, nas cidades grandes e médias, principalmente, mas foi alastrada para as pequenas também, ocorreram um forte dinamismo do comércio e dos serviços de atendimento ao público, como resultado da ampliação do número de postos de trabalho formal, proporcionado pelo aumento da renda e do consumo das famílias e com o estímulo das políticas públicas em educação e saúde, onde começaram a ser cada vez mais interiorizadas. Quando ocorre o levantamento dos números, verifica-se que entre os anos de 2004 e 2014, de acordo com a RAIS, ocorreu a ampliação de 5,5% ao ano do emprego formal, chegando ao patamar de 77,3% dos trabalhadores de carteira assinada no Nordeste oriunda desse segmento econômico (Trovão e Araújo, 2019).

Até os anos de 2010, extravasando a 2014, com a colheita dos amadurecimentos das políticas públicas implantadas na primeira década do século XXI, todos os indicadores socioeconômicos apresentaram melhoras, mas diversos investimentos programados para serem introjetados na ampliação da infraestrutura nordestina não saíram do papel. Gomes (2014) cita que pelo PAC 2 deveriam ser investidos cerca de R\$ 46 bilhões em ferrovias, duplicação de rodovias, canais, adutoras e drenagem, mas parte desses projetos ficaram somente no papel. Exemplificando os projetos que não foram implantados cita-se: o Estaleiro EISA em Alagoas, com investimento previsto de R\$ 1,4 bilhões, as Refinarias Premium I e II que seriam instaladas na cidade de Bacabeira, no estado do Maranhão, com inversão de R\$ 40 bilhões e R\$ 22 bilhões, respectivamente, também a expansão da Ferrovia de Integração Oeste Leste (Fiol) e a Transposição do Rio São Francisco (Apolinário *et al.*, 2011).

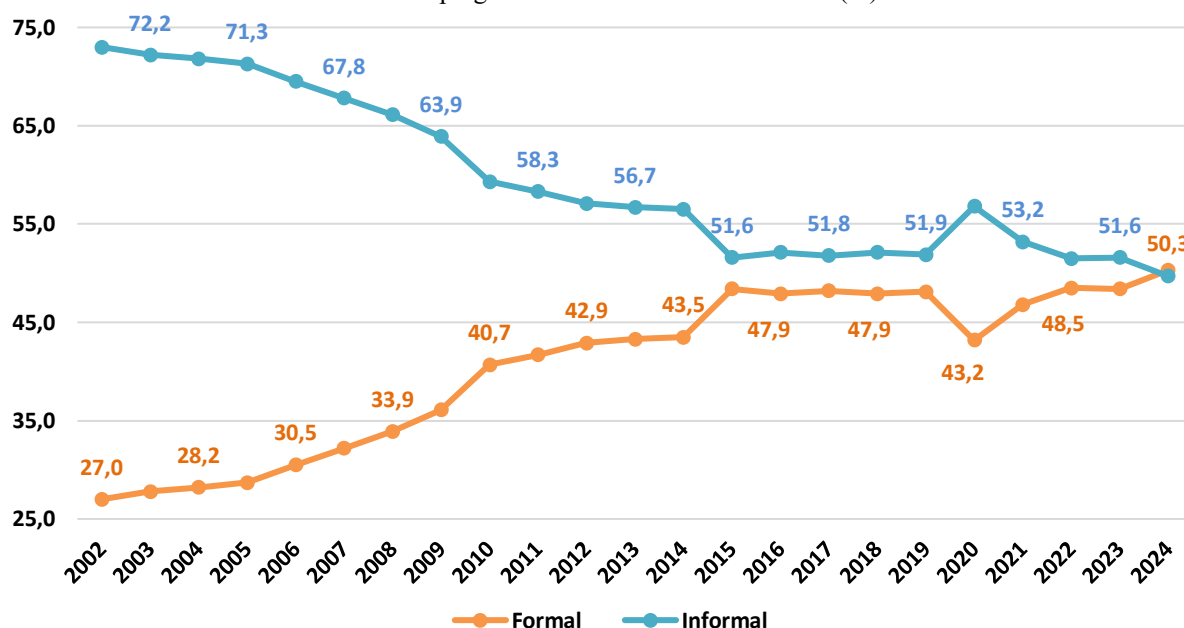
Essa situação surge com a mudança de política do governo federal, já que pós 2010 a economia mundial começa a sentir os efeitos, mais graves, da crise econômica que eclodiu nos fins dos anos de 2008 e isso fez com que a União realiza-se contingenciamento nas inversões dos projetos de infraestrutura, expansão da educação e facilidade do crédito, para buscar um equilíbrio na inflação que estava começando a sair do controle e das contas públicas. Essas medidas repercutiram no mercado de trabalho, dessa forma Trovão e Araújo (2019), descrevem que,

[o] crescimento médio do período [escondeu] os efeitos perversos da crise que tem afetado o país depois de 2014. O ano de 2015 marcou o início de um processo de deterioração das condições socioeconômicas no Brasil. A crise pela qual o país tem passado extrapolou a esfera econômica. Os problemas de ordem econômica somaram-se ao quadro de crise político-institucional. O reflexo imediato foi a deterioração das condições do mercado de trabalho, em que se observa um intenso e rápido crescimento

do desemprego associado a um contexto de forte oscilação do rendimento médio real (2019, p. 27).

O quadro do mercado de trabalho piora nos anos de 2020, quando o mundo passa por uma pandemia da Covid-19, que por falta de um remédio obrigou a sociedade a ficar em *lockdown* e com isso diversos postos de trabalhos foram extintos, principalmente formal, que foi paulatinamente sendo transformada em informal. Segundo IBGE (2025), nesse ano houve uma queda brusca de 6,2% do nível de ocupação da PEA, que em números absolutos apresentava 32,6 milhões de empregados. Esse panorama segue até 2021, onde a taxa de desocupação chegou a 14% (gráfico 4), mas a partir do ano seguinte o quadro, começou a ter melhoras, fato que em 2024 ocorreu a presença uma taxa de desemprego de 6,6%, uma redução de 7,4 pontos percentuais, atingindo um montante de 38,7 milhões de pessoas empregadas (IBGE, 2025).

Gráfico 5 – Série histórica da taxa de emprego formal e informal no Nordeste (%).



Fonte: IBGE (2025). PNAD e PNAD Contínua. Elaboração própria.

Analisando o gráfico 5 é possível verificar que neste intervalo de tempo houvera uma redução de aproximadamente 23,3 p.p. na taxa de informalidade no Nordeste. Um fato que comprovou que a política de incentivo ao emprego formal introjetada pelo governo federal entre 2004 e 2014 proporcionou ao Nordeste uma mudança dos quadros de categorias de emprego. Mesmo tendo um pico de redução em 2020, chegando a taxa de 43,2%, não ficando baixo das taxas registradas no ano de 2012 e seus antecessores. Quando se averíguam os períodos de 2004 a 2013 e de 2014 a 2023, apuram-se que no primeiro ocorreu uma vertiginosa alavancagem da

taxa de emprego formal, pois em 2004 a taxa estava em 28,2% e em 2013 ela chegou a 43,3%, uma alçada de aproximadamente 54%. O segundo período, começa em 2014 com uma taxa de 43,5% e chega em 2023 com 48,4%, segue uma crescente, mas apresenta dois desafios, o primeiro ocorreu em 2017, quando tem a Reforma Trabalhista, que retirou diversas conquistas laborais proporcionando uma flexibilização no mercado de trabalho e a explosão de novos gêneros de trabalho, todos fora do espectro da CLT, que ficou conhecido como *GIG Economy*. O outro foi a pandemia que provocou a maior queda dentro desses 22 anos.

Um dos grandes problemas da informalidade é o caráter de precarização que está embutido em sua oferta. Como de 2016 até 2021 a taxa de desemprego no Brasil estava acima de 10%, chegando a 14%, no fim desse período (Gráfico 4), as ofertas de trabalho informal cresceram e diversificaram, fazendo deste, que tem uma facilidade de admissão, atender aos desempregados de forma urgente. Como adverte, pela perspectiva do trabalhador desempregado, mediante os aspectos econômicos e socioculturais, arriscar uma aventura em um emprego informal, é justificável. Pois perante as dificuldades e as barreiras encontradas na admissão de um trabalho formal, os trabalhadores ficam sujeitos a aceitarem qualquer tipo de atividade e mediante qualquer remuneração (Pereira, Silva e Silva, 2014).

3.3 Pobreza (extrema) e renda (média x *per capita*)

O Brasil, da colônia a república, promoveu inúmeras alterações em sua política econômica provocando dezenas de flutuações no desempenho da economia, mas uma variável jamais foi alterada, o processo de concentração de riqueza. Esse vilipêndio só veio a ter uma leve redução no último ciclo de crescimento econômico, ocorrido de 2003 a 2014, mas nada que deixasse de ser um dos países com os piores índices de desigualdade e pobreza. E essa característica é uma das principais barreiras que limitam o, tão, desejado processo de desenvolvimento econômico (Araújo, Tabosa, Khan, 2012).

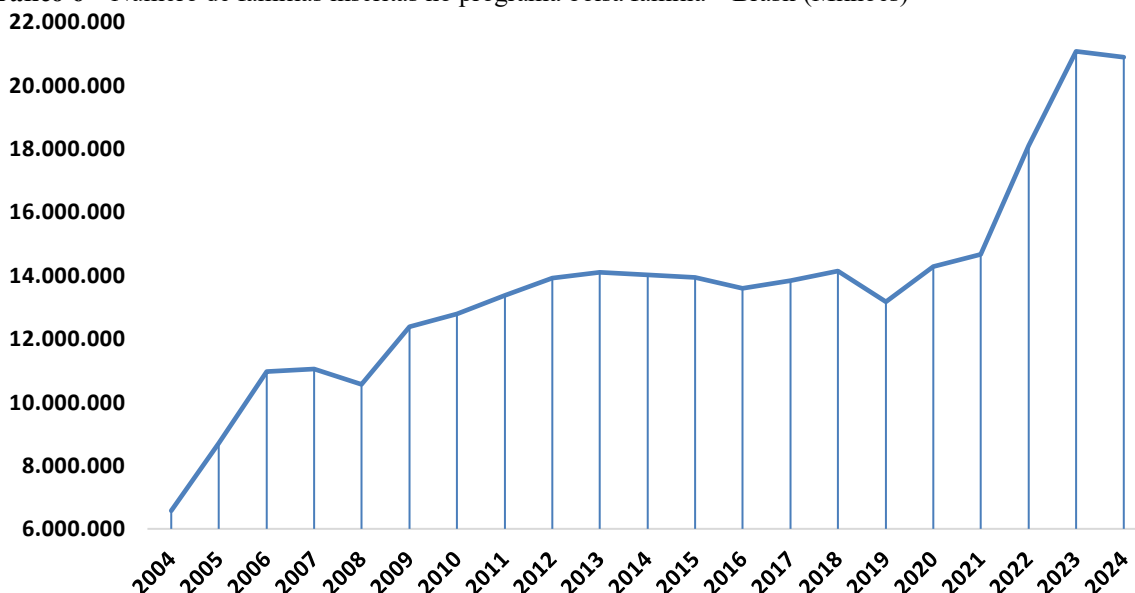
Esse processo de concentração de renda promoveu a uma enorme parcela de indivíduos viverem em situação de pobreza e extrema pobreza. Esta condição econômica está espalhada por todo o território nacional, mas a sua distribuição é desigual, mostrando o antagonismo que foi o crescimento econômico registrado no Brasil nesses quase 600 anos (Araújo e Silva, 2013). Com isso a região Nordeste que tem o pior nível de desenvolvimento econômico encontra-se com seus indicadores médios abaixo dos índices nacionais, sendo que são os piores registrados, apresentando a maior concentração de pobres e miseráveis, recentemente denominados de invisíveis. Fato que segundo os levantamentos estatísticos do IBGE (2012), no ano de 2003 a

taxa de pobreza no Nordeste estava em 62%. Já em 2009, por volta de uma década da implantação dos programas sociais, o índice de pobreza reduz para 39,61%, representando um pouco mais de 1/3 de sua população.

A pobreza é uma condição social, onde conduz ao indivíduo viver à mercê de uma exploração, em todos os espectros e a falta de discernimento de direitos e garantias. Sobre essa ótica, o economista indiano Amartya Sen (2000), descreve que a pobreza não é somente a falta ou a exclusão de uma renda, mas a privação de qualquer capacidade social. Por isso quando os governos promovem políticas públicas de combate à pobreza e extrema pobreza, não devem ter em conta somente a conquista de renda, mas o direito de cidadania.

Infelizmente os governos centrais do Brasil viram somente a renda como a saída para a redução da pobreza e dos que se encontravam abaixo da linha da pobreza. Com isso após a política de estabilização da economia, com o Plano Real, o governo federal instituiu em 1997, pela Lei nº 9533/97, o Programa Renda Mínima³. Nessa proposta o governo federal garantia parte da renda que eram distribuídas aos indivíduos cadastrados nos programas de responsabilidade dos governos municipais, assim o governo federal atuava como cofinanciador dos programas municipais de transferência de renda (Lício, 2004).

Gráfico 6 – Número de famílias inscritas no programa bolsa família – Brasil (Milhões)



Fonte: SAGICAD – MDS (2025). Elaboração própria.

Nota: Em todos os anos o mês de referência foi dezembro, exceto 2021 que foi outubro.

³ Discussão estabelecida e discutida desde 1991 pelo então Senador da República, pelo estado de São Paulo, Eduardo Suplicy. Onde decretava que o governo federal, mediante um regime legal, deveria implementar uma renda mínima as pessoas em condições de vulnerabilidade socioeconômica (Lício, 2004).

Em 2001 a União toma a dianteira dos programas de transferência de renda e institui, pela Lei nº 10219/2001, o Programa Bolsa Escola, tornando nacional sua esfera de atuação. Além desse foram criados outros programas como: o Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e a criação de uma ferramenta de gestão do banco de dados, o Cadastro Único (Lício, 2004).

[...] o sistema de proteção social brasileiro sofreu forte reorientação pela adoção das políticas de transferência de renda no período recente. Inicialmente adotada pelos governos subnacionais, essas políticas agora são capitaneadas pelo Governo Federal, influenciando e sendo influenciadas diretamente pelo nosso modelo federativo.[...] No Brasil, o processo de descentralização descoordenado que se iniciou no período da redemocratização, aliado ao padrão predominante de relações intergovernamentais predatório e não cooperativo, fez que as políticas sociais fossem tradicionalmente independentes, sobrepostas, pulverizadas e apenas modestamente coordenadas [...] (Lício, 2004).

Na busca de uma coordenação e de integrar todos os bancos de dados em somente um programa de transferência de renda, o governo do recém-empossado presidente Lula, em sua primeira gestão de 2003 a 2006, unifica os programas até então existentes – Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – no Programa Bolsa Família (PBF). Este programa, sob a jurisdição do Ministério da Cidadania, foi estruturado em três eixos: i) alívio, em curto prazo, da extrema pobreza, por meio de transferência direta de dinheiro; ii) cumprimento das condicionalidades; e iii) articulação com outras ações. Ações principiadas pelo Programa Fome Zero. Com a junção dos programas existentes e o atendimento, segundo Costa e Soares (2020) de, aproximadamente, 6,5 milhões de beneficiários, este consolidou-se no maior programa de combate à pobreza e a extrema pobreza da América Latina (Leite, Alves e Bezerra, 2024).

Mesmo o PBF atingido uma parte considerada de brasileiros e retirando milhares de pessoas que estavam abaixo da linha da pobreza, o volume de repasses não eram constantes, pois como ele estava atrelado ao sucesso da economia nacional, quando o país passava por uma crise fiscal as inversões teriam que adequar-se à nova realidade. De forma didática Silveira e Medeiros (2024), fragmenta a trajetória do programa em cinco períodos, que são:

- i. Crescimento Inicial (2004-2010): Há um crescimento acentuado no número de famílias inscritas no PBF entre 2004 e 2010. Esse aumento inicial reflete a expansão do programa durante esses anos, quando a cobertura do Bolsa Família foi ampliada para atingir um maior número de famílias em situação de vulnerabilidade social.
- ii. Estabilização (2010-2018): A partir de 2010, observa-se uma estabilização no número de famílias beneficiárias, com pequenas oscilações ao longo do tempo. Esse período de estabilidade sugere que o programa atingiu uma maturidade, onde a maioria das famílias elegíveis já estava cadastrada e recebendo o benefício.

- iii. Declínio e Flutuações (2018-2021): Entre 2018 e 2021, [houve] um leve declínio no número de famílias inscritas, seguido de flutuações. Essa tendência pode estar relacionada a mudanças nas políticas públicas, como ajustes nos critérios de elegibilidade ou cortes orçamentários, que impactaram a cobertura do programa.
- iv. Aumento Significativo (2021-2023): A partir de 2021, há um aumento significativo no número de famílias inscritas, atingindo um pico em 2023. Este aumento coincide com os impactos da pandemia de COVID-19, que agravou a situação econômica de muitas famílias, ampliando a necessidade de apoio social através do Bolsa Família. Além disso, podem ter ocorrido novas inclusões ou expansões temporárias do programa para mitigar os efeitos da crise.
- v. Declínio Recente (2023-2024): Nos últimos meses de 2023 e início de 2024, observa-se uma leve queda no número de famílias inscritas. Este declínio pode indicar uma recuperação econômica, onde menos famílias necessitam do auxílio, ou pode refletir novos ajustes no programa ou na política social do governo (2024, p. 1-2).

Na atualidade, o programa de transferência de renda é uma realidade e seus resultados são plausíveis, pois desde sua implantação retirou milhões de pessoas da condição de indigente e em conjunto com as políticas de inversões em infraestrutura que impulsionou o mercado de trabalho e a ampliação e interiorização do Ensino Superior com as IES, provocou uma revolução na economia das regiões menos desenvolvidas. Assim, Trovão, Araujo e Montenegro (2019), descreve que de 2002 a 2015 a região Nordeste conheceu o processo de redução da desigualdade de renda. Quando analisado pelo índice de Gini, verifica-se que no ano de 2002 o Nordeste estava acima da média nacional, estando com 0,603, enquanto o Brasil apresentava com 0,593. Já em 2015 a redução Nordestina foi de 12%, ficando pelo segundo ano consecutivo abaixo da média nacional, pois chegou a 0,510 e o Brasil, mesmo com a redução, ficou com 0,517 (Trovão, Araujo e Montenegro, 2019).

O crescimento da economia nordestina foi alimentado pela expansão da renda média do trabalho. A geração de emprego associada e expansão da renda contribuíram para criar um processo que dinamizou economias locais a partir do consumo das famílias. Políticas como a de expansão dos programas de transferência de renda, de valorização real do salário mínimo e da elevação do crédito às famílias impulsionaram o comércio varejista, os serviços pessoais e a indústria de alimentos e bebidas, calçadista e têxtil e de confecções, setores amplamente associados à dinâmica da renda e do consumo (Trovão, Araujo e Montenegro, 2019, p. 150-151).

Dedecca (2010), apresenta que a desigualdade de renda do Nordeste aproximou os extremos por causa do crescimento do rendimento dos mais pobres em detrimento aos mais ricos. Sendo que dentre os anos de 2002 e 2013 todos os estratos tiveram uma melhora, ou seja, todas as camadas da renda tiveram crescimento, mas os mais pobres, proporcionalmente, aferiram um crescimento maior. Com isso, o Nordeste

[...] ficou marcado por um processo de redução da desigualdade de renda pois o crescimento do rendimento médio se deu de forma relativamente mais acentuada entre os mais pobres vis-à-vis ao crescimento dos mais ricos. A elevação da renda relativamente mais acentuada nos extratos inferiores permitiu uma diminuição, isto é, da desigualdade entre os de baixo e os de cima (Trovão, Araujo e Montenegro, 2019,p. 154).

Após o período de estabilização, descrito por Silveira e Medeiros (2024), que vai de 2010 a 2018, o Brasil passa por diversos percalços políticos que atuam fortemente na economia, como a mudança do eixo econômico no segundo governo de Dilma Rousseff (2015-2016), que foi interrompido por um processo de impedimento, em quem assume é o seu vice-presidente Michel Temer (2016-2018). Este aprova duas medidas - o Arcabouço Fiscal e a Reforma Trabalhista – que além de limitar os investimentos por parte do governo, lhe amarrava por um período de 20 anos. E o segundo flexibiliza o mercado de trabalho, dando poder aos empregadores de contratar seus “colaboradores”, sem nenhum vínculo empregatício e custeio com encargos trabalhistas.

Nesse mesmo período o país foi palco de dois eventos esportivos de maior relevância na contemporaneidade, que foi a Copa do Mundo de Futebol, organizado pela FIFA, entidade máxima do esporte no mundo, em 2014. Esse evento ocorreu em 12 sedes⁴, onde foram construídos ou reformados estádios de futebol e implantadas novas infraestruturas de transporte, hospedagem, turística e demais, com a finalidade de atender ao evento. O outro acontecimento foi as Olimpíadas do Rio de Janeiro em 2016, a primeira em um país na América do Sul. Esse concentrou a instalação de infraestrutura na cidade do Rio de Janeiro e em algumas cidades do entorno.

O Nordeste [...] conheceu nesse período um processo de redução da desigualdade de renda. A concentração da renda domiciliar per capita entre 2002 e 2015 foi reduzida de forma expressiva no Nordeste. Quando mensurada pelo índice de Gini, a desigualdade de renda caiu mais de 12% nesse período. Uma região com elevados níveis de desigualdades internas em termos de distribuição pessoal da renda, atingindo 2015 com um valor relativamente inferior à média brasileira (Trovão, Araujo e Montenegro, 2019,p. 152).

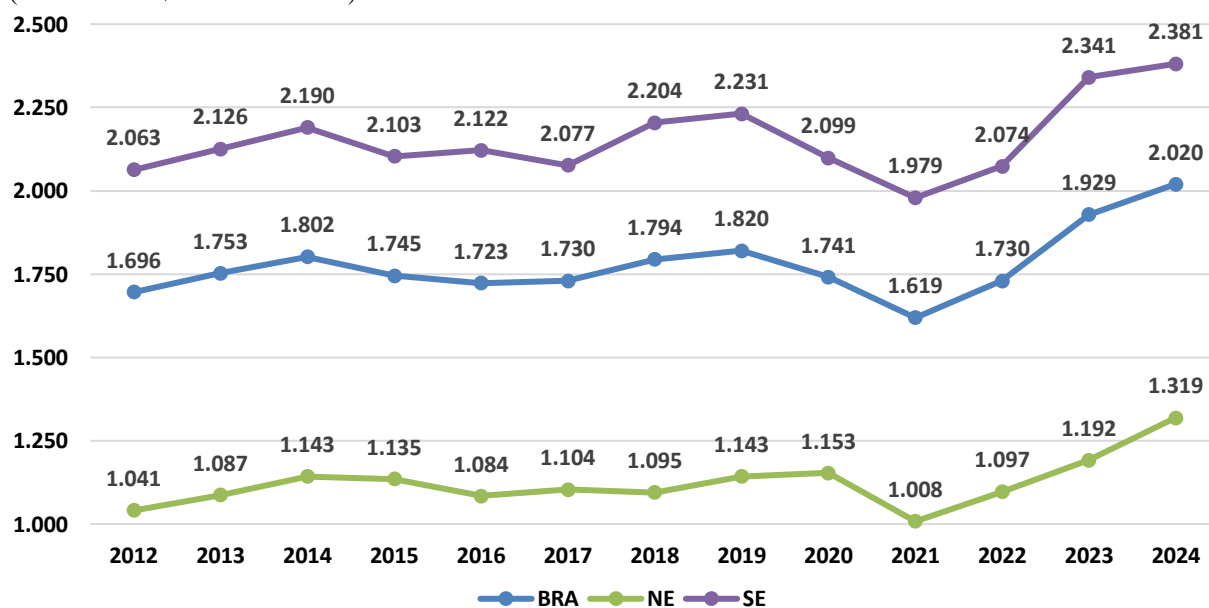
Mesmo tendo uma gigantesca inversão de dinheiro público e privado na construção desses parques esportivos e suas logísticas, o conturbado momento político e a economia sofrendo de instabilidade e falta de confiança oriunda da crise econômica de 2008, fez o país

⁴ Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

sofrer com o desaquecimento de sua economia e com as altas taxas de desemprego (Gráfico 4). Com isso, a saída para muitos desses novos desempregados era o programa de transferência de renda em conjunto com o crescimento do trabalho informal e por aplicativo. E isso impacta no rendimento domiciliar médio.

Analisando o gráfico 7 há a indagação de que neste intervalo de 12 anos a renda média do Brasil e das regiões coletadas apresentaram um crescimento, com algumas oscilações, mas no geral indaga-se que o valor apresentado no ano de 2024 é maior que 2012. Com o foco no Nordeste se nota que esta é a região que apresenta o menor valor do rendimento domiciliar *per capita* médio, mesmo tendo um avanço de 14,51%, saindo de R\$ 1.041,00 em 2012 para R\$ 1.192,00 em 2023. Quando se compara com os valores registrados entre o Nordeste e o Sudeste, averigua-se que em 2012 a renda média nordestina representava 49,54%, já em 2023 esse percentual praticamente permaneceu estável, mas para baixo, pois o percentual foi de 49,08%. Em valores absolutos, a diferença das rendas foram, em 2012 de R\$ 1.022,00 e em 2023 foi de R\$ 1.149,00. Realizando essa comparação com o Brasil, em 2012 a renda média nordestina era somente 38,62% da renda nacional, com uma diferença de R\$ 655,00, e em 2023 ocorreu o mesmo comportamento com a região Sudeste, pois a renda nordestina permaneceu quase estável, infelizmente para baixo, registrando 38,21%, com a diferença, agora, de R\$ 737,00.

Gráfico 7 – Série histórica (2012-2024) do rendimento domiciliar *per capita* médio – Brasil, Sudeste e Nordeste. (valores em R\$ médios de 2024).



Fonte: IBGE/PNAD Contínua. Elaboração própria.

Com esta análise existe o confronto de que mesmo o Nordeste sendo a região que mais cresceu sua renda média domiciliar *per capita* no interim, os anos pós 2015 foram extremamente prejudiciais, pois a redução da desigualdade regional que vinha sendo realizada desde os anos de 2004 até 2015 perde força e começa a produzir o aumento dessa disparidade. Isso atrelado a redução dos investimentos, por parte do governo federal nos projetos de infraestrutura e moradias populares, paralisação das obras em andamento, o processo de sucateamento das IES públicas, a interrupção da política de valorização do salário mínimo e a explosão da taxa de desemprego. Sendo que em conjunto com esses acontecimentos, o país vivenciava uma conturbada crise política que ocasionava uma grave crise econômica, atingindo em cheio as regiões menos desenvolvidas que se apresentam com uma forte dependência dos investimentos estatais.

3.4 Produto interno bruto (PIB) do Nordeste

Tirando o período áureo da economia de exploração, quando o Brasil era uma colônia de Portugal, esta macrorregião, que ainda não era delimitada, apresentava uma pequena representação na produção do produto interno bruto nacional. Esse quadro se agrava quando se implantou, após os anos 1930, a industrialização por substituição de importação (ISI) (Furtado, 1992). Com o passar das décadas - de milagre, perda e de estagflação - a economia brasileira mantém seus “voos de galinha”, convivendo com instabilidades, agravando ainda mais as disparidades inter-regionais, pois quando ocorre a aferição do PIB do Nordeste, nos primeiros anos do século XXI, este representava uma média de 14% do produto interno bruto brasileiro, fato que o Nordeste contribui com 27% da população nacional, com isso, o PIB *per capita* era somente a metade do mesmo indicador brasileiro (Cruz *et al.*, 2020).

Entre 2003 e 2007, o governo federal, do momento, implantou diversas políticas públicas, como os programas sociais e de inclusão, além da redução da taxa de desemprego, onde elevou o poder de compra da população, sendo que o Nordeste, por apresentar os piores indicadores foi beneficiado, gerando em pouco mais de uma década a elevação de sua renda *per capita*, que chegou a ser de aproximadamente 60% da renda *per capita* nacional. Essas políticas geraram efeitos positivos, pois provocaram a redução da pobreza absoluta e ocasionou o aumento da capacidade de gastos das famílias, provocando um crescimento médio do PIB de 3,5% ao ano (Cruz *et al.*, 2020; Terra e Ferrari Filho, 2023; Sampaio, 2019).

Nesse período, estendendo-se até meados de 2008 ocorre o que muitos especialistas chamam de “Efeito China”, pois a economia chinesa estava a décadas em crescimento de dois dígitos e a necessidade de consumo de *commodities* estava elevada, com isso o Brasil e consequentemente o Nordeste, que possui em sua cesta de bens exportáveis produtos primários, principalmente minérios e soja, tornou-se um dos principais parceiros comerciais dos chineses neste quesito, que atrelado com as medidas setoriais do governo federal, contribuíram para a alavancagem do produto interno bruto regional. Assim, o PIB apresenta uma média de crescimento de 5,7% nos anos de 2007 e 2008, mas no quarto trimestre do último ano citado, eclode uma crise mundial, que desestrutura o mercado internacional, fazendo com que no ano de 2009, o produto interno bruto tenha apresentado um crescimento de apenas 0,1% (Terra e Ferrari Filho, 2023; Sampaio, 2019).

Nesse mesmo período, de 2004 a 2009, o Nordeste apresentou uma média de aproximadamente 13,5% ao ano, números que comprovam que a produção interna bruta regional estava acima da média nacional. E mesmo no ano de 2009, onde o PIB nacional apresentou um crescimento nulo, a participação do PIB do Nordeste foi de aproximadamente 14%. Quando se leva a série de 2004 a 2020, pode-se observar que a média anual do PIB nordestino esteve sempre acima dos 13%, sendo que entre 2014 e 2020 essa percentagem ultrapassou os 14% (Gráfico 9) (Trece e Considera, 2023).

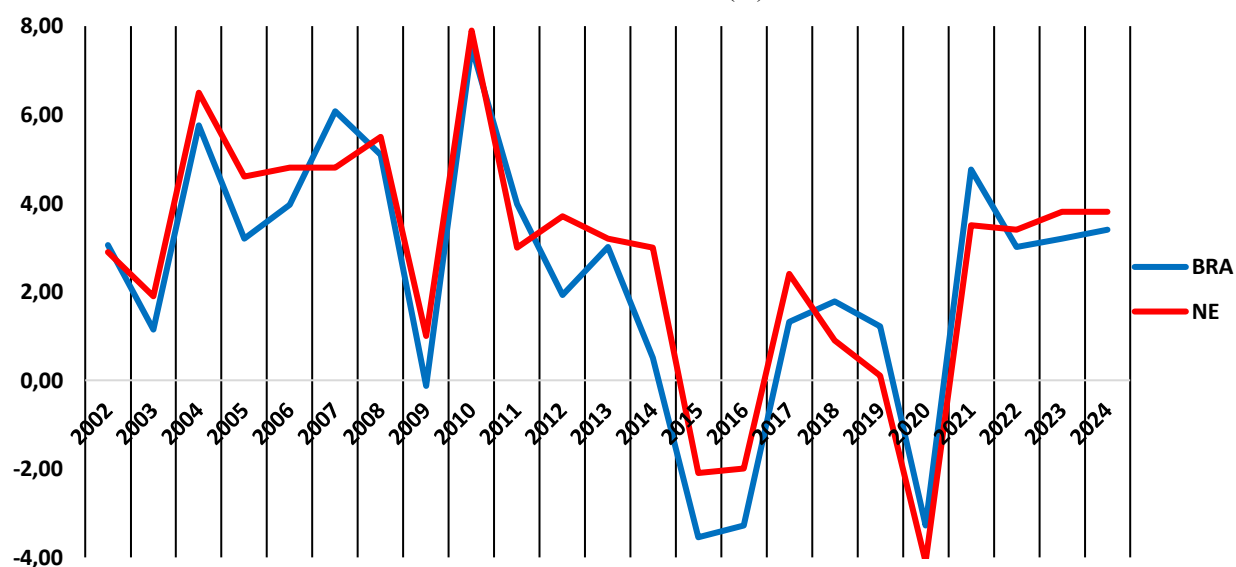
Durante grande parte dos anos 2000, com contextos nacional e internacional favoráveis, a economia do Nordeste aumentou seu produto em ritmo acima da média nacional (3,9% a.a. contra 3,5% a.a., entre 2004 e 2014, segundo o IBGE). Esse movimento foi impulsionado principalmente pelo crescimento da renda, do crédito e do emprego, mas também, pela atração de um importante bloco de investimento público e privado para a região (Trovão e Araujo, 2019, p. 2).

Nos primeiros 16 anos dos anos 2000, o Nordeste foi caracterizado tanto pela retomada das taxas de crescimento acima das médias nacionais como pelo rápido crescimento dos indicadores sociais frente ao nacional como do registro das demais regiões, onde pode ser concluído que a disparidade existente entre as taxas nordestinas e as nacionais começaram a ter equilíbrio, pelo menos, a ter uma aproximação. Nesse sentido pode-se, também, ter como característica a constituição que a economia nordestina, depois de séculos começou a conviver com períodos de estiagem prologadas, mostrando que o fenômeno natural da seca, não é mais a causa prioritária para o atraso socioeconômico da região (Carvalho, 2018).

Nos anos mais recentes, novamente o Nordeste demonstrou um impulso maior que o Brasil [...], inclusive sofrendo um impacto menor na crise de 2014-16, e obtendo uma recuperação mais forte em 2017. Porém, mais recente ainda, 2018 marca uma queda no desempenho nordestino, e 2019 piora ainda mais [...]. A inferência de que houve mais microrregiões com crescimento positivo em 2019 do que 2018 dá a entender que essa desaceleração ocorreu em um conjunto menor de localidades importantes [...]. Enquanto isso, o crescimento brasileiro em 2018-19, apesar de pequeno, manteve-se acima do nordestino [...] (Cavalcante Junior e Lima, 2025, p. 176).

Outro fato impactante para a melhoria do produto interno bruto regional, foi a tentativa de reduzir a concentração da renda, desta vez mediante a elevação do gasto com o social, da inclusão das pessoas no mercado de trabalho e principalmente da valorização do salário mínimo, que chegou a 80%, entre os anos de 2002 a 2015, pelo levantamento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Essas políticas foram essenciais para produzir a elevação do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM), como a redução do índice de Gini, gerando a retirada de milhões de famílias da condição de extrema pobreza (Pochmann e Silva, 2020).

Gráfico 8 – Série histórica da taxa do PIB do Brasil e do Nordeste (%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Elaboração própria.

Segundo Carvalho (2018) o desempenho da economia da macrorregião, no período de 2003-2015, confirma sua conexão com a economia nacional, pois ambas as taxas seguiram o mesmo comportamento, sendo em alguns anos a taxa nacional estava maior que a nordestina e em outros anos, a taxa do Nordeste crescendo acima da nacional. Nesse período verificado pode-se mirar nos anos de 2009 e 2010. Onde o ano de 2009 foi marcado pela recessão econômica vivenciada pelo mundo após a crise financeira eclodida nos Estados Unidos, em

outubro de 2008. Nesse ano a taxa nacional ficou negativa em 0,13%, enquanto a nordestina fechou o ano positiva em 1,0%. Já em 2010, após uma série de medidas econômicas anticíclica no combate a crise, a taxa do produto interno bruto nacional e nordestina ultrapassa os 7%, com a nordestina ligeiramente maior, pois o Brasil teve sua taxa de 7,5% e o Nordeste registrou 7,9%. Com esses dados pode-se concluir que durante, uma das maiores crises econômicas do século XXI, a região Nordeste conseguiu resistir as adversidades com mais facilidades que a economia nacional (Gráfico 8).

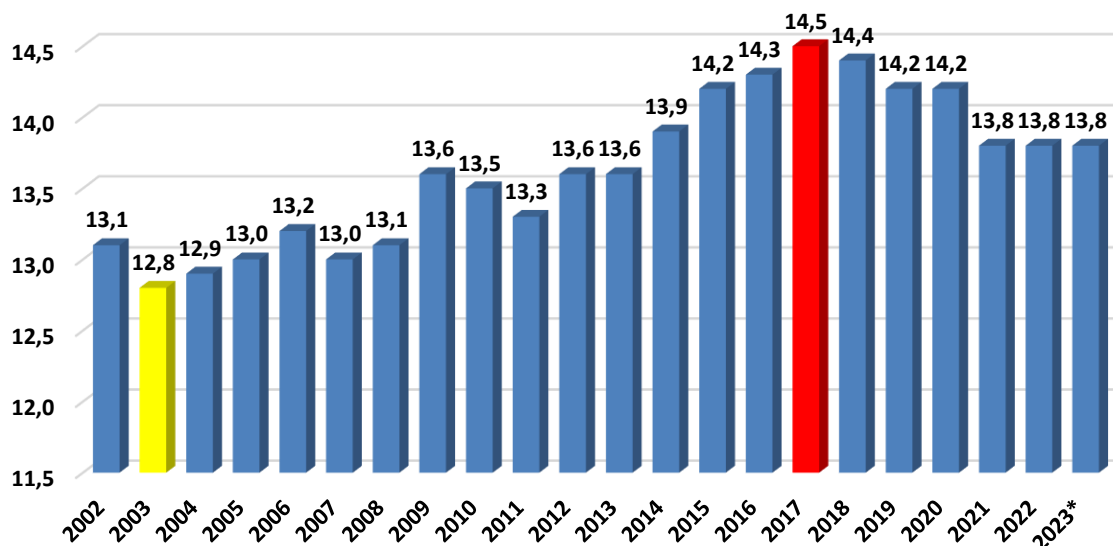
Outros dois momentos de registro negativo da taxa do PIB foram nos anos de 2015 e 2016, onde o Brasil registrou taxas negativas de mais de 3,0% e o Nordeste ficou entre os 2,0%, outra realidade que a região conseguiu atravessar mais uma crise, agora interna e de caráter política que repercutiu na economia sem grandes danos, como na economia nacional. O outro período de registro de taxa negativa, foi em 2020, período de *lockdown* por causa da pandemia da Covid-19. Nessa crise o Nordeste sofreu os efeitos mais que o país, pois sua taxa foi negativa de 4,1% e o Brasil registrou 3,28% negativo (Gráfico 8).

Após um período de crescimento com distribuição de renda e inclusão social, o Brasil experimentou dois anos de crescimento negativo do PIB (2015 e 2016), seguidos por outros dois com crescimento próximo de zero (2017 e 2018), além de uma Emenda Constitucional de congelamento dos gastos públicos federais, uma reforma trabalhista com elevação da precarização do trabalho e redução de massa salarial e o maior volume de desempregados na história do país, desde a aprovação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Como resultado, os avanços alcançados até 2014 foram rapidamente diluídos, evidenciando a fragilidade das políticas compensatórias como estratégia de enfrentamento das desigualdades sociais [...] (Pochmann e Silva, 2020, p. 5).

A representação do Produto Interno Bruto da região Nordeste é o verdadeiro retrato de como os indicadores macroeconômicos da região encontra-se totalmente desconexo com o nacional e sempre se encontrava em último colocado quando comparado com as demais regiões. Assim observa-se como uma região possui quase um terço da população nacional, não consegue gerar uma produção que chegue próximo aos 20% de participação no produto interno bruto nacional (Gráfico 9). Essa realidade mostra o quanto o mercado de trabalho nordestino ainda possui laços arcaicos, principalmente nos rincões do Semiárido, como o nível de escolaridade e de qualificação de seu capital humano ainda pode ser caracterizado como precário e a grande concentração de cidadãos pobres e abaixo da linha da pobreza. E essas características mostram que ainda tem muito ao que fazer para que o Nordeste venha disputar de “peito aberto” o

mercado interno e externo com as demais regiões, ao ponto de ganhar a concorrência, que ainda hoje é muito cara.

Gráfico 9 – Participação do PIB do Nordeste no PIB do Brasil (%).



Fonte: IBGE – Sistema de Contas Regionais. Elaboração própria.

*O ano de 2023 ainda é uma estimativa, pois os órgãos responsáveis ainda não publicaram os dados.

Em observância ao gráfico 9 até 2013 a região Nordeste não tinha rompido a percentual dos 13,6% do seu produto interno bruto em participação ao PIB nacional. Mas nos anos de 2015 a 2020 esse patamar ultrapassa os 14%, coincidentemente anos que o país convive com uma crise interna e outra crise de saúde pública externa. E após essas crises o nível de participação do PIB do Nordeste no produto interno bruto do país estabilizou em 13,8%. Fazendo uma comparação com os gráficos 9 e 8, pode-se notar que nos anos que a taxa de crescimento do PIB nordestino ultrapassa a taxa do PIB do Brasil, o seu nível de participação aumenta e promove um efeito de transbordamento em anos seguintes. Essa afirmativa pode ser assistida nos anos de 2018 a 2020, que mesmo tendo uma redução na taxa de participação, esse efeito tem relação direta ao crescimento da taxa do PIB Nordestino, acima do nacional, entre os anos de 2012 a 2017. E esse efeito está relacionado ao pico de participação do PIB do Nordeste, de 14,5%, em 2017, na composição do PIB do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a segunda metade do século XVII, o Nordeste perde importância no mercado mundial, pois seu principal produto de exportação não consegue competir com a produção do Caribe, e assim alguns outros produtos movimentaram a economia nordestina, mas nada que fizesse sombra ao açúcar, com isso sua economia se arrasta por séculos de forma inexpressiva. Isso fez com que suas relações sociais se mantivessem inalterada por séculos e que qualquer sinal de mudança desse *status quo*, a dita elite regional pressionava os governos com a finalidade de que seus quinhões não fossem perdidos. Assim, boa parte desse tradicionalismo fez do Nordeste a região que mais se destoasse das demais, tornando-se a mais pobres e menos desenvolvida socioeconomicamente do Brasil. Essa disparidade ficou tão a mostra que no final do período imperial, o governo central buscou solucionar os problemas por meio do assistencialismo, prática essa que não promoveu nenhuma alteração. E como relata Araujo (2000, p. 238), “[...] descrevo o Nordeste atual como uma região em que as estruturas modernas e dinâmicas convivem com áreas e segmentos econômicos tradicionais, contribuindo, assim, para tornar a realidade regional muito mais, diferenciada e complexa, do que era décadas atrás”.

Entretanto, a “região problema”, vista por muitos, conheceu um desenvolvimento produtivo por meio de políticas públicas financiadas pelo governo federal e idealizada pelo economista paraibano Celso Furtado. Este que encabeçou a formação do GTDN e logo após a criação da SUDENE, para que o Nordeste viesse a modificar seu modal produtivo de gêneros primários para produtos manufaturados, com a finalidade de abastecimento do mercado interno, em concorrência com a região mais dinâmica do país - o Sudeste - e fosse produtivo o suficiente para lançar ao mercado externo o excedente de sua produção. Mas essa proposta de Furtado, infelizmente foi barrada em 1964, pois o golpe que iniciou civil-militar, interrompeu as ideias que mudaria a estrutura agrária e desenvolveu somente a estrutura industrial, mas totalmente desconexo com a real intenção do I e II Planos Diretores, que era de instalar indústrias germinadoras, com a finalidade de realizar um processo de substituição de importação, regional, no Nordeste.

A modernização do Nordeste, está imbricado com as empresas oriundas das outras regiões e de outras nações, com o objetivo de servir de uma fornecedora de bens intermediários para as indústrias de bens finais localizadas nas regiões dinâmicas e países centrais e servir de apêndice ao abastecimento do mercado interno regional. Com essas políticas o Nordeste não conseguiu reduzir o seu número de desempregados, pois as indústrias que se instalaram eram

poupadoras de mão de obra, mediante o maquinário instalado. Não produziu a necessidade de qualificar sua população, pois os empregados mais qualificados eram de fora da região e não alterou seu nível de concentração de renda. Esses quadros pioram quando chegou o período de hiperinflação e de estabilização da economia nacional. E somente depois dos anos 2000 é que o Nordeste começa a vislumbrar, de forma tangencial as mudanças em sua economia, como Furtado teria idealizado, menos seu regime agrário.

[...]. No caso do Brasil, vale destacar que se trata de uma economia na qual o Estado teve um papel muito forte. [...] Quando fechava suas contas, estava ‘no azul’, tinha poupança; parte importante da poupança nacional era pública. Por isso o Estado fazia estradas, implantava portos, estatizava sistemas prestadores de serviços coletivos, financiava, concedia subsídios, formava recursos humanos qualificados (Araujo, 2000, p. 253). [grifo do original]

Mas no século XXI o Estado não consegue de forma impositiva realizar outro processo de desenvolvimento regional e consequentemente nacional. Pois a nova realidade da economia nacional, voltada à especulação financeira, aglutinada a equívocos das políticas de Estado, do passado – crescimento com endividamento e abertura comercial – fizeram do Brasil um refém dos credores externos e internos, os rentistas. Que sugam uma grande quantidade do lucro que o país auferia de seu orçamento, sufocando-o ao máximo e reduzindo todas as possibilidades de implementar uma política de crescimento econômico, ao alcance de um desenvolvimento universal.

Mesmo assim, com o chamado *boom* das *commodities* o governo federal realizou várias políticas públicas com o objetivo de produzir um crescimento econômico mais igualitário. Nessa estratégia o governo ampliou o programa de transferência de renda - o Bolsa Família - que atingiu a classe de brasileiros que estavam no espectro da pobreza e abaixo da linha da pobreza, retirando milhares de cidadãos dessa condição abjeta, dando a estes a oportunidade de começarem a sonhar. Outra política foi a da valorização do salário mínimo, onde favoreceu o ganho real do salário frente a inflação, aumento o poder de comprar do trabalhador e assim aquecendo o mercado interno.

Essa política ligada a política de crédito contribuiu para a geração de milhares de postos de trabalho, reduzindo a taxa de desemprego e fazendo com que o dinheiro circulasse com mais facilidade no mercado nacional. Essas políticas atingiram em cheio os principais problemas do Nordeste, pois era a região que detinha a maior proporção de pessoas na pobreza e na extrema

pobreza, também era a região que possuía a maioria dos trabalhadores recebendo de um a dois salários mínimos e a região com a maior concentração de pessoas em idade ativa desempregada.

Além dessas políticas veio o PAC, o Minha Casa Minha Vida, a ampliação e interiorização das vagas do Ensino Superior, que contribuíram para que o Nordeste gerasse a melhora dos seus indicadores socioeconômicos, mas infelizmente não deixando de ser a região que apresentava os piores números. Mas como cita Trovão, Araújo e Montenegro (2019, p. 146),

[...] a expansão da atividade produtiva no Nordeste acima da média nacional garantiu à região uma dinâmica em termos de criação de emprego e redução da taxa de desemprego que se aproximou daquela observada para o Brasil como um todo até 2009, período em que a taxa de desocupação da região ficou ligeiramente abaixo da média nacional. No entanto, a partir do momento da desaceleração econômica após 2011 e posteriormente com a crise iniciada em 2015, a taxa de desocupação nordestina descola da média brasileira e já em 2013 passa a apresentar elevações sucessivas até o ápice da série em 2015, momento em que essa diferença se reduz. O nível de ocupação reduz-se sensivelmente nesse período de desaceleração/crise assim como a taxa de participação da força de trabalho em relação à População em Idade Ativa (PIA), o que indica certa dificuldade enfrentada pelo mercado de trabalho.

Findando, dentre os anos de 2004 a 2015 o Nordeste, mediante a Política Nacional de Desenvolvimento consegue melhorar seus indicadores, mesmo o mundo ter passado por uma crise financeira. Esse período não foi o suficiente para que a região conseguisse chegar a média nacional, mas sua alavancagem foi expressiva reduzindo a disparidade que apresentava frente as demais regiões. Entre 2016 e 2023, as crises internas e externas fizeram com que toda a conquista alcançada pelo Nordeste fosse perdida e que voltasse ao início do processo, mas o caminho traçado continua e agora lentamente o Nordeste vai em busca de alcançar e extravasar tudo que tinha conquistado com o objetivo de alterar esse quadro de penúria e de entorpecimento.

A seguinte obra apresenta-se com inúmeras limitações, pois estudos dessa magnitude poderia e teria a necessidade de abordar com mais ênfase as lutas oriundas das mulheres e dos integrantes LGBTQIA+ que se encontram segregados das oportunidades que a economia proporciona e que a elite manipula por meio do mercado. Outra ótica seria pela luta dos pretos e pardos em fazer parte desta economia. Sem falar do processo de desindustrialização, da concentração fundiária, da concentração de renda, da exploração do trabalho, das formas arcaicas que ainda ocorrem na região em certas atividades laborais, como empregadas domésticas, trabalhadores do setor primário da economia, agricultores familiares, trabalhadores informais urbanos, dentre outras óticas que podem engrandecer os trabalhos vindouros.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Elesbão de; ARAÚJO, José Bezerra de. **Um modelo exaurido: a experiência da SUDENE**. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v.12, n.23, p.97-128, nov. 2004.
- ALMEIDA, José Elesbão de; CARMO, Alesxandro Fernando do; MARINHO, Rokátia Lorrany Nogueira; QUEIROZ, Daiane Kelly de. Interfaces entre a interiorização do ensino superior e o desenvolvimento local. **Economia & Região**, Londrina-PR, v. 11, n. 2, p. 29–53, 2023.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL). **Panorama do potencial eólico no Brasil**. Brasília: ANEEL; Dupligráfica, 2003. Disponível em: [http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica\(3\).pdf](http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/pdf/06-energia_eolica(3).pdf). Acesso em: 10 abr. 2025.
- APOLINÁRIO, Valdênia; SILVA, Maria Lussieu da (Orgs.). **Impactos dos grandes projetos federais sobre os estados do Nordeste**. Natal: EDUFRN, 2011.
- ARAÚJO, Jair Andrade; TABOSA, Francisco José Silva; KHAN, Ahmad Saeed. Elasticidade-renda e elasticidade-desigualdade da pobreza no Nordeste brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 50-59, 2012.
- ARAÚJO, Jurandir de Almeida. Pobreza e desigualdade social e educacional no Brasil: uma questão social de classes ou uma questão racial de abrangência nacional com algumas peculiaridades regionais? **Revista da ABPN**, v. 10, n. 24, nov.2017 – fev.2018, p. 409-425, 2018.
- ARAÚJO, Sabrina Martins de; SILVA, Magno Vamberto Batista da. Decomposição da pobreza no Nordeste brasileiro por setor de atividade Econômica e entre os Componentes crescimento e redistribuição da renda no período 1995- 2009. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza-CE, v. 44, n. 3, p. 693–718, 2013.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar. de. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.
- ARAÚJO, Tarcisio Patricio de; SOUZA, Aldemir do Vale; LIMA, Roberto Alves de. Nordeste: economia e mercado de trabalho. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 11, n. 29, p. 55–77, 1997.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jul. 2025.
- CANO, Wilson. **Ensaio sobre a Formação Econômica Regional do Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.
- CARMO, Alesxandro Fernando do; ALMEIDA, José Elesbão de. Inovação, Desenvolvimento e o papel transformador da universidade. **Revista Foco**, Curitiba-PR, v. 16, n. 5, p. 01-14, 2023.

CARVALHO, Cícero Péricles de Oliveira. O desenvolvimento da região Nordeste nos anos pós-Sudene (2000-2016). **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 39, n. 134, p. 21-36, 2018.

CAVALCANTE, Jupiraci Barros; FEITOSA, Cid Olival. A importância da SUDENE para o desenvolvimento regional brasileiro. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 226-247, 2019.

CAVALCANTI JUNIOR, Carlos Antonio Araujo; LIMA, João Policarpo Rodrigues. Desempenho e Mudanças da Economia do Nordeste nas Primeiras Décadas do Século XXI. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 56, n. 1, p. 160-179, 2025. Disponível em: <file:///C:/Users/finan/Downloads/9_1607DG.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2025.

COELHO, Sintia Said; VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A criação das Instituições de Ensino Superior no Brasil: O desafio tardio na América Latina. **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, Florianópolis-SC, p. 1-13, 27 nov. 2009.

COSTA, Jaqueline Severino da; CUNHA, Marina Silva da. Determinantes do desemprego no Brasil no período de 1981 a 2005: uma análise enfatizando a qualificação do indivíduo em um contexto de maior abertura comercial. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 28, n. 53, p. 197-220, mar. 2010.

CRESWELL, John Ward; CRESWELL, J. David. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativos, quantitativos e misto**. Traduzido por Sandra Maria Mallmann da Rosa. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

CRUZ, Bruno de Oliveira; OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque; CASTRO, César Nunes de; RIBEIRO, Márcio Bruno; PEREIRA, Rafael H. M. Uma contribuição ao debate sobre o desenvolvimento regional do Nordeste. **Boletim regional, urbano e ambiental**. IPEA, Rio de Janeiro, n. 22, 2020.

DEDECCA, Claudio Salvador. **As desigualdades na sociedade brasileira**. Campinas: IE/UNICAMP – Mimeo, 2010.

DEPONTI, Cidonea Machado; TRAVASSOS, Luciana Rofrigues Fagnoni Costa; RAMBO, Anelise Graciele; TARTARUGA, Iván Gerardo Peyré; PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia. A retomada das políticas de desenvolvimento regional no Brasil: suas convergências e possibilidades. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, IJUÍ - RS - BRASIL, v. 4, n. 4, 2025. Disponível em: <https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/slaedr/article/view/26856>. Acesso em: 03 set. 2025.

DORIGATTI JUNIOR, Osmar Asdrubal. **Nordeste, um estudo da estrutura econômico social da região**. Orientador: Dr. Sergio Gertel. 2010. 37 f. (Monografia de Graduação no Curso de Ciências Econômicas) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2010.

FARIAS, Dailson Batista de; ARAÚJO, José Bezerra de. O Nordeste do Brasil e a crise econômica do início do século XXI. **Revista Brasileira de Administração Política**, [S. l.], v.

6, n. 2, p. 113, 2016. Disponível em:
<https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/15594>. Acesso em: 14 jan. 2025.

FERREIRA, Assuéro. A SUDENE e o Nordeste: sobre os primórdios de sua atuação. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 30, n.1/2, p. 44-57, 1999.

FERREIRA, Assuéro. O Nordeste no Brasil: integração e crescimento recente. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 37, n. 4, p. 471–492, out-dez 2006.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019.

GIAMBIAGI, Fabio *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, G. M. **Macroeconomia do Nordeste: tendências, desafios e perspectivas da dinâmica da economia do Nordeste e seus determinantes e das mudanças na estrutura produtiva regional**. Análise temática dos Estudos prospectivos sobre o desenvolvimento do Nordeste para o BNB. Fortaleza, CE: IICA/BNB, 2014.

GONÇALVES, Hugo Feitosa; ARAÚJO, José Bezerra. Evolução histórica e o quadro socioeconômico do Nordeste brasileiro nos anos 2000. **COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 12, n. 1, p. 193-204, 2015.

GREMAUD, Amaury Patrick *et al.* **Economia Brasileira Contemporânea**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Introdução a formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1989.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. A trajetória das políticas de desenvolvimento regional do Nordeste: balanço entre a Operação Nordeste e a PNDR. **Revista Política e Planejamento Regional**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 189-210, jul./dez. 2017.

GUMIERO, Rafael Gonçalves. Trajetória da política nacional do desenvolvimento regional (PNDR): fases e problemáticas para a sua implementação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional (G&DR)**, Taubaté-SP, v. 19, n. 3, set./dez. 2023.

GUMIERO, Rafael Gonçalves; SILVA, Simone Affonso da; PORTUGAL, Rodrigo. Balanço do planejamento regional entre 2014 e 2022: inflexões e mudanças nas instituições e políticas regionais. *In: VI Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade*, 2022, Crato. Anais do VI Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade, 2022.

INDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB). **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. 2011. Disponível em: <http://www.portalideb.com.br>. Acesso em: 15 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Nordeste**. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html>>. Acesso em 13 mar. 2025.

LEITE, Francisco Fernando Pinheiro; ALVES, Larissa da Silva Ferreira; BEZERRA, Sara Taciana Firmino. Histórico da transferência de renda no Brasil. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba-PR, v. 13, n. 02, p. 545-571, maio/ago. 2024.

LÍCIO, Elaine Cristina. A trajetória dos programas de transferência de renda no Brasil: o impacto da variável federativa. **Revista do Serviço Público**, v. 55, n. 3, p. 37-59, 2014.

MACAMBIRA JÚNIOR, Leôncio José Bastos; PIRES, Inacio Jose Bessa. Trajetórias ocupacionais na Região Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 173–184, 2009.

MAIA, Alexandre Gori. Perfil do desemprego no Brasil nos anos 2000. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 6, p. 15-22, maio/ago. 2007.

MONTEIRO NETO, Aristides; PÊGO FILHO, Bolívar. **A proposta de revisão da política nacional de desenvolvimento regional (PNDR): memória de um grupo de trabalho**. 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9658/1/BRUA21_Ensaio2.pdf. Acesso em: 19 ago. 2025.

POCHMANN, Marcio. Geoeconomia do emprego no Nordeste brasileiro. In: MACAMBIRA, J.; SANTOS, S. M. dos. (Org.). **Brasil e Nordeste: ocupação, desemprego e desigualdade**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

POCHMANN, Marcio; SILVA, Luciana Caetano da. Concentração espacial da produção e desigualdades sociais. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 22, p. 1-25, 2020.

PORTUGAL, Rodrigo. SILVA, Simone Affonso da. **História das políticas regionais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RESENDE, Guilherme Mendes; CRUZ, Bruno de Oliveira; MONTEIRO NETO, Aristides; CASTRO, César Nunes de; BARUFI, Ana Maria Bonomi; COELHO, Margarida Hatem Pinto; OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque. Fatos recentes do Desenvolvimento Regional no Brasil. **Texto para discussão**, n. 2054. Brasília, Rio de Janeiro: IPEA, mar. 2015a.

RESENDE, Guilherme Mendes; MOREIRA, Paula Gomes; ALVES, Adriana Melo; ROCHA NETO, João Mendes da. **Brasil: dez anos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional**

(PNDR). 2015b. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4866>. Acesso em: 6 maio 2024.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. A abordagem teórica *In*: ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930/1973)**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAMPAIO, Daniel Pereira. Economia Brasileira no início do século XXI: Desaceleração, crise e desindustrialização (2000-2017). **Semestre Económico**, 22(50). p. 107-128, ene.-mar. 2019.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVEIRA, Sergio Kelner; MEDEIROS, Carolina Beltrão de. **A evolução do Bolsa Família (2004/2023) no Brasil e seus Impactos sobre a Pobreza e os Dispendios**. 2024. (Nota Técnica).

SOUSA, Jacimone Delfino de; LIMA, Décio Carvalho; BRITO, Felipe Cesar da Silva; MEDEIROS, Altevir Paula de; PAIVA, Anna Catarina Costa de; MARACAJA, Patrício Borges. O desenvolvimento da região Nordeste: uma abordagem econômica e ambiental. **Revista Brasileira de Gestão Ambiental**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 42–48, 2017. Disponível em: <<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RBGA/article/view/4748>>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SUBIRATS, Marina. A educação do século XXI: a urgência de uma educação moral *In*: IMBERNÓN, Francisco (Org.). **A educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

TERRA, Fábio Henrique Bittes; FERRARI FILHO, Fernando. Novo Consenso Macroeconômico, estagnação econômica e desindustrialização: O caso brasileiro. *In*: ARAÚJO, Eliane; FEIJÓ, Carmem (org.). **Industrialização e desindustrialização no Brasil: teorias, evidências e implicações de política**. 1 ed. Curitiba, Appris, 2023.

TRECE, Juliana; CONSIDERA, Cláudio. Breve retrato econômico da Região Nordeste. **Texto para discussão**. FGV IBRE, Rio de Janeiro, n. 8, 2023.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; ARAÚJO, Juliana Bacelar de. Mercado de trabalho formal no Nordeste: uma análise do período 2004-2017. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza-CE, v. 50, n. 1, p. 23-45, jan./mar. 2019.

TROVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; ARAÚJO, Juliana Bacelar de; MONTENEGRO, Rafael Fernandes. Economia, trabalho e renda no Nordeste brasileiro do início do século XXI. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador-BA, v. 1, n. 42, p. 134-160, 2019.

Termo de Autorização para disponibilização de publicação eletrônica na Biblioteca Digital da UERN

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo ao SIB-UERN a disponibilizar através da Biblioteca Digital da UERN, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o texto integral da obra abaixo citada, conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data: 20/02/2026.

1. Identificação da Publicação Eletrônica:

Nome do Curso: Bacharelado em Ciências Econômicas

Autor: Jefferson Ferreira de Oliveira

Matrícula: 21002568

e-mail: jeffersonoliveira@alu.uern.br

Orientador: Dr. José Elesbão de Almeida

Co-orientador:

Membro da banca: Ms. Boanerges de Freitas Barreto Filho

Membro da banca: Dra. Vanuza Maria Pontes Sena

Data de Apresentação: 03 de dezembro de 2025

Titulação: Graduação

Título da Publicação Eletrônica: A ECONOMIA DO NORDESTE DO BRASIL NO SÉCULO XXI: A IDIOSINCRASIA DOS PRINCIPAIS AGREGADOS MACROECONÔMICOS

Palavras-chave: Região; Indicadores; Crescimento; Desenvolvimento.

Instituição de Defesa: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Agência de fomento: CAPES() CNPQ() ANP() () Outra:

2. Informação de acesso ao documento: Liberação para publicação: (x) Total () Embargo

Em caso de embargo, especifique a data de liberação. Especifique:



Documento assinado digitalmente

JEFFERSON FERREIRA DE OLIVEIRA

Data: 13/03/2026 16:36:00-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do autor



Documento assinado digitalmente

JOSE ELESBAO DE ALMEIDA

Data: 13/03/2026 19:50:20-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do Orientador

FICHA DE AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA
COORDENAÇÃO DE MONOGRAFIA

TÍTULO:

A ECONOMIA DO NORDESTE DO BRASIL NO SÉCULO
XVI: A DISSINCRONIA DOS PRINCIPAIS AGREGADOS
MACROECONÔMICOS

AUTOR(A):

JEFFERSON FERREIRA DE OLIVEIRA

PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A):

VOSÉ ELESBAO DE ALMEIDA

(APROVADA) a presente Monografia de Graduação.
(aprovamos /reprovamos)

☒ Sem MODIFICAÇÃO

() Com MODIFICAÇÃO

NOTA DO TEXTO: 10,0 ("DEZ")

NOTA DA EXPOSIÇÃO: 10,0 ("DEZ")

MÉDIA FINAL: 10,0 ("DEZ")

Pau dos Ferros/RN 03/12/2024

Jefferson Ferreira de Oliveira

Assinatura do(a) Aluno(a) por extenso

BANCA EXAMINADORA:

[Assinatura]
Assinatura do Presidente

[Assinatura]
Assinatura do Membro

[Assinatura]
Assinatura do Membro